

O Papel da Comunidade Económica dos Estados da
África Ocidental na implementação da Igualdade de
Género no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas
para o Desenvolvimento Sustentável

Elisabete Marques Barros

Orientador: Prof.^ª Doutora Isabel Cabrita

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Relações Internacionais

Lisboa
2018

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

Índice

Agradecimentos	I
Resumo.....	II
Abstract	III
Lista de Acrónimos, Siglas e Abreviaturas.....	IV
1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico	8
2.1. Conceitos Operacionais.....	8
2.2. Enquadramento teórico-analítico	10
2.3. Revisão da Literatura (ou Estado da Arte)	11
3. Metodologia	12
Capítulo I. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	14
1.1. Da segregação à união	14
1.2. Antecedentes e criação da CEDEAO	20
Capítulo II. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e o Desenvolvimento Sustentável.....	24
2.1.O Desenvolvimento na África Ocidental	24
2.2. Ações da CEDEAO para o Desenvolvimento Sustentável.....	27
2.3.A cooperação com a ONU para o Desenvolvimento Sustentável	30
Capítulo III. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e a Igualdade de Género	32
3.1. A Igualdade de Género nos países da CEDEAO antes da Agenda 2030	32
3.2. Ações da CEDEAO para a igualdade de género	37
3.3. Direito da CEDEAO referente à igualdade de género	42
3.4. Ações da CEDEAO após a adoção da Agenda 2030.....	45
3.5. Análise dos indicadores.....	47
Conclusões	62
Anexo I.....	65
Anexo II.....	66
Bibliografia	67

Índice de Tabelas

Tabela 1.....	47
Tabela 2.....	47
Tabela 3.....	48
Tabela 4.....	50
Tabela 5.....	51
Tabela 6.....	53
Tabela 7.....	54
Tabela 8.....	54
Tabela 9.....	55
Tabela 10.....	56
Tabela 11.....	57
Tabela 12.....	58

Índice de Gráficos

Gráfico 1.....	59
Gráfico 2.....	59
Gráfico 3.....	60
Gráfico 4.....	60
Gráfico 5.....	61
Gráfico 6.....	61

Agradecimentos

À minha orientadora, a Professora Doutora Isabel Cabrita por todo o apoio prestado na realização desta dissertação. Com a sua ajuda foi possível focar-me no necessário para concretizar esta dissertação. Agradeço a prontidão nas respostas, o incentivo, a serenidade e toda a instrução dada neste processo.

À Professora Doutora Andreia Soares e à Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva por toda a disponibilidade e todo apoio prestado na fase inicial do meu projeto.

Ao meu filho pelo seu amor, alegria e inspiração que muita força me deu. Ao meu marido pela paciência, compreensão, pelo amor, carinho, motivação e a capacidade de me mostrar que tudo é possível.

Ao meu pai e à minha mãe, por toda a ajuda, pelo amor e amizade e por tudo que me transmitiram. Ao meu irmão e cunhada, às minhas irmãs, aos meus sobrinhos e sobrinhas, aos meus sogros pelo entusiasmo, companheirismo e amizade.

À minha amiga Andreza e ao Miguel pelo apoio e carinho.

A todos um bem-haja!

Resumo

A discriminação com base no género e a falta respeito pelos direitos das mulheres é um problema que afeta todos os continentes no geral e África em particular. Na África Ocidental, apesar dos esforços empreendidos desde 2000, continuam a persistir barreiras à plena participação económica, social e política das mulheres.

A presente dissertação tem como objetivo compreender o papel da CEDEAO na implementação da igualdade de género no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Para compreender o papel da CEDEAO recorreremos ao uso de alguns indicadores que nos deram informações específicas sobre a condição da igualdade de género na África Ocidental. A igualdade de género é uma questão de direitos humanos e os indicadores estão relacionados com normas e padrões de direitos humanos, refletindo princípios e preocupações e são usados para avaliar e acompanhar a promoção e implementação de direitos humanos. Nesta dissertação os indicadores permitiram observar e analisar o desempenho da CEDEAO na implementação da igualdade de género e empoderamento da mulher. Os indicadores utilizados são tanto qualitativos como quantitativos e nesta dissertação utilizou-se uma abordagem mista. Os indicadores quantitativos facilitam avaliações qualitativas por medir a magnitude de certos eventos e da mesma forma, as informações qualitativas podem complementar a interpretação de indicadores quantitativos. Concluímos que, embora exista um crescente compromisso por parte da CEDEAO e dos seus Estados membros para alcançar a igualdade de género, as estratégias e os planos de ação parecem permanecer "no papel". Por fim, a CEDEAO, como uma organização com potencial para promover mudanças, deve fortalecer as instituições e garantir uma maior transparência.

Palavras-chave: Agenda 2030-CEDEAO-Desenvolvimento Sustentável-Igualdade de Género.

Abstract

Discrimination based on gender and the lack of respect for women's rights is a problem that affects all continents in general and Africa in particular. In West Africa, despite the efforts since 2000, barriers to full economic, social and political participation of women continue to persist.

This dissertation aims to understand the role of ECOWAS in the implementation of gender equality in the framework of the Agenda 2030 for Sustainable Development.

In order to understand the role of ECOWAS, we used some indicators that gave us specific information about the condition of gender equality in West Africa. Gender equality is a human rights issue and the indicators are related to norms and standards of human rights, reflecting principles, concerns and are used to assess and monitor the promotion and implementation of human rights. In this case the indicators allowed observing and analyzing the performance of ECOWAS in the implementation of gender equality and empowerment of women. The indicators used are both qualitative and quantitative and in this dissertation a mixed approach was used. Quantitative indicators facilitate qualitative assessments by measuring the magnitude of certain events, and qualitative information can complement the interpretation of quantitative indicators.

We conclude that while there is a growing commitment on the part of ECOWAS and its member states to achieve gender equality, strategies and action plans appear to remain "on paper." Finally, ECOWAS, as an organization with potential for change, must strengthen institutions and ensure greater transparency.

Key Words: Agenda 2030 – ECOWAS – Sustainable Development – Gender Equality

Lista de Acrónimos, Siglas e Abreviaturas

CEA – Comunidade Económica Africana

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CER – Comunidades Económicas Regionais

GDNU – Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

OCDE – Organização para a cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da União África

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SACU – Southern African Customs Union

SDNU – Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNECA – United Nations Economic Commission for Africa

1. Introdução

O tema desta investigação é fruto da minha pesquisa inicial¹, no âmbito da integração regional africana como estratégia para o desenvolvimento e a cooperação com outras organizações para atingir esse fim.

Na sequência desta pesquisa verifiquei que a Organização das Nações Unidas (ONU) é um parceiro chave na cooperação internacional para o desenvolvimento e que a igualdade de género em todas as atividades económicas e sociais contribui para se alcançar outros objetivos de desenvolvimento.

Com base nestas verificações surgiu o tema desta dissertação, o Papel das Organizações Internacionais Regionais na implementação da Agenda 2030 da ONU. O estudo está delimitado ao papel da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na implementação da igualdade de género. Todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são críticos e interdependentes. No entanto, este estudo vai-se focar na Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres e Meninas (5º ODS), que surge na sequência do 3º, 4º e 5º ODS da Declaração do Milénio.

O tema da Igualdade de Género é relevante para a esfera das Relações Internacionais na medida em que uma maior igualdade de género contribui para a eficiência económica e a obtenção de outros resultados essenciais de desenvolvimento (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 2012, p.3).

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2016), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os países que investem mais na igualdade de género e no empoderamento das mulheres alcançam melhores resultados de desenvolvimento humano.

¹ Pré-projeto apresentado no workshop em Julho de 2017

O empoderamento da mulher está no centro da construção de paz. A igualdade de género pode aumentar a produtividade, melhorar o desenvolvimento e tornar as instituições mais representativas (Castillejo, 2015, par.14).

A mulher assume um papel importante no desenvolvimento sustentável da sociedade, pois contribui ativamente em todos os setores de atividade produtiva. A igualdade de género é uma estratégia para fazer face à pobreza. É um caminho para aumentar a competitividade, alcançar estabilidade e segurança, bem como melhorar a economia, criar emprego, permitindo a realização da Agenda 2030.

O Plano Estratégico 2018-2021 da ONU Mulheres declara:

Despite significant normative advances, progress for women and girls remains uneven. No country has fully achieved gender equality and the empowerment of women and girls (par.16).

Women and girls continue to face structural barriers, failures of governance, pervasive violence, including the targeted killing of women's human rights defenders, femicide, harmful practices, and discriminatory social norms and stereotypes that deny or restrict their civil, political, economic, social and cultural rights (par.17).

Embora a Igualdade de Género esteja na ordem do dia, a verdade é que persistem muitas barreiras à plena participação económica, social e política das mulheres na sociedade, principalmente na África Ocidental onde persistem grandes disparidades de género (CEDEAO, 2017, par. 4).

Figura1. Mapa ilustrativo dos países da África Ocidental



Fonte: CEDEAO (2018)

Como ilustrado na figura 1, os países que fazem parte da CEDEAO são: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Os países que compõem a CEDEAO têm um crescimento populacional elevado, sendo a Nigéria o mais populoso com 182.2 milhões de habitantes. Possuem uma população jovem, mas que carece de emprego. Possuem um baixo nível de rendimento *per capita*, grande parte da sua população vive abaixo da linha da pobreza e o número de anos de escolaridade que uma criança pode esperar também são baixos. As condições de acesso à saúde são limitadas, o que agrava a esperança de vida ao nascimento². Na região a maioria das mulheres tem empregos inseguros, e mal remunerados, e com poucas oportunidades de progresso. A liderança das mulheres e a participação política são restritas. Esta região do mundo enfrenta grandes desafios no que toca à igualdade de género e empoderamento das mulheres e meninas. Com efeito, a África Ocidental está longe de alcançar a igualdade de género (Relatório Africano de Desenvolvimento Humano, 2016). Ao longo da região a exclusão (política, económica e social) profunda tem agravado a fragilidade da região e tem sido uma barreira ao desenvolvimento.

A África Ocidental é um território com uma diversidade cultural, linguística e ecológica surpreendente. Existem mais de mil idiomas locais existentes, mais de 350 milhões de

² Ver Anexo I. Alguns indicadores dos países da CEDEAO.

peessoas, em uma vasta terra de cerca de 5,1 milhões de quilómetros quadrados (CEDEAO, s.d., par. 2).

Alguns destes países, nomeadamente Burkina Faso, Gâmbia, Mali, Níger e Nigéria estão inseridos na região do Sahel. É uma zona de transição entre o deserto árido do Saara ao norte e o cinturão de savanas húmidas ao sul. Estende-se por 5400 Km desde o Oceano Atlântico até ao Mar Vermelho (BRITANNICA, s.d, par.1).

Trata-se de uma região com clima quente e com secas frequentes. É muito afetado pela erosão do solo e pela desertificação resultante do crescimento populacional. O escoamento das chuvas e o vento têm destruído os solos férteis deixando a terra árida e infértil (BRITANNICA, s.d., par.3-4).

É também uma zona que enfrenta grandes dificuldades. A pobreza, terrorismo, crime organizado, desrespeito pelos direitos humanos, desigualdade de género e a corrupção são alguns dos desafios que os países na zona do Sahel defrontam.

De acordo com o relatório *Socioeconomic Profile of West Africa in 2015 and Prospects for 2016* elaborado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África:

A África Ocidental, apesar de uma queda na taxa de crescimento económico de 6,1% em 2014 para 4,1% em 2015, está em 2º lugar em termos de dinamismo da atividade económica e a previsão para 2016 era de um crescimento de 6,3% (p. 5-7).

O setor agrícola que envolve quase 60% da população ativa da região continua a ser caracterizado por baixa produtividade e grande dependência climática. O setor da indústria apresenta um fraco desempenho, avaliado em menos de 10% do PIB da região (p. 1-2)

Em termos de desenvolvimento humano, a África Ocidental apresenta um índice baixo de desenvolvimento de 0,46 e a maioria dos países estão na categoria de países com baixo desenvolvimento humano. Apenas Cabo Verde e o Gana estão classificados na categoria de países com desenvolvimento humano médio (p.11).

A luta contra a corrupção é de grande interesse para a região e teve resultados mistos. De acordo com a *Transparency International Agency*, Cabo Verde ocupa um lugar importante na África Ocidental, ocupando o 42º lugar com a pontuação de 57 contra uma média de 34,73, num total de 175 países em 2014. O Gana e o Senegal, que ocuparam o 61º e o 69º lugar em 2014, melhoraram as suas pontuações em 3 e 7 pontos de 2012 a 2014 (p.12).

Estes aspetos traduzem o baixo nível de desenvolvimento humano que estes Estados enfrentam e a promoção da igualdade de género poderá ser um caminho para fazer face a este cenário.

Sendo a igualdade de género “um problema em todos os países, desenvolvidos, em desenvolvimento, norte, sul, leste, oeste” (Ngcukae Razavi, 2018, par.11), é necessária uma resposta multifacetada por parte dos Estados e organizações. E a ONU está ciente desta necessidade de colaboração entre vários atores e agentes para solucionar questões de carácter global.

A ONU no seio da qual foi adotada a Agenda 2030 é uma organização internacional de âmbito universal que promove a cooperação internacional para resolver problemas internacionais de carácter económico, social, cultural e humanitário (Carta da ONU, artigo 1º).

De um modo sucinto, a década de 1960 e 1990 foram marcados por uma série de conferências e encontros mundiais onde criaram-se organizações e programas tais como a Conferência da Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o PNUD e um quadro de referências estratégico e abrangente, – a Agenda da ONU para o Desenvolvimento–, um compromisso centrado nas pessoas e na melhoria do bem-estar humano, reconhecendo a importância do crescimento económico dos países.

A Cimeira do Milénio, realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000 em Nova Iorque, adotou a Declaração do Milénio da ONU (documento que contempla os 8 Objetivos do Milénio a

realizar até 2015³), que teve um significado importante no apoio aos compromissos globais definidos nas conferências anteriores. Segundo o relatório “Mantendo a Promessa” de 2010, elaborado pelo ex-Secretário Geral da ONU Ban Ki-moon, vários países alcançaram êxitos notáveis na implementação dos ODM. No entanto, os progressos mostraram-se desiguais. A ausência de progresso foi devido ao fato de que os compromissos assumidos não foram respeitados e assistiu-se a uma falta de financiamento, serviços e apoio técnico necessário.

O Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio de 2015, elaborado pela ONU indica que apesar de terem sido alcançadas concretizações importantes relativamente a muitas metas do ODM, os progressos foram irregulares entre as regiões e países, deixando lacunas significativas (p.10), criando a necessidade de uma agenda mais abrangente.

Em Setembro de 2015, definiram-se os 17 Objetivos da Agenda 2030 da ONU – os designados Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta Agenda com ambições para enfrentar as desigualdades, as mudanças climáticas e o respeito pelos direitos humanos, foca nos meios de implementação, nas instituições, na mobilização de recursos financeiros e tecnológicos. Os ODS são os seguintes: 1º-Eradicar a pobreza; 2º-Eradicar a fome; 3º-Saúde de qualidade; 4º-Educação de qualidade; 5º-Igualdade de género; 6º-Água potável e saneamento; 7º-Energias renováveis e acessíveis; 8-Trabalho digno e crescimento económico; 9º-Indústria, inovação e infraestruturas; 10-Reduzir as desigualdades; 11º-Cidades e comunidades sustentáveis; 12º-Produção e consumo sustentáveis; 13º-Ação climática; 14º-Proteger a vida marinha; 15º-Proteger a vida terrestre; 16º-Paz, justiça e instituições eficazes 17º-Parcerias para a implementação dos objetivos.

A Agenda 2030 estabelece 169 metas e 230 indicadores. A Agenda 2030 integra todos os aspetos do desenvolvimento sustentável – social, económico e ambiental – e pretende acabar com todas as formas de pobreza. Está intimamente relacionada com os *standards* de direitos humanos, como podemos constatar no documento *Contributions to the 2030*

³ Os 8 ODM eram os seguintes: 1º-Eradicar a pobreza extrema e a fome; 2º-Alcançar o ensino primário universal; 3º-Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4º-Reduzir a mortalidade infantil; 5º-Melhorar a saúde materna; 6º-Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças graves; 7º - Garantir a sustentabilidade ambiental; 8º-Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Agenda for Sustainable Development 2016 da ONU. A eliminação de todas as formas de violência contra mulheres, a eliminação de práticas nocivas são questões de direitos humanos.

A nova Agenda também atribui um papel significativo às organizações internacionais regionais e o objetivo de desenvolvimento nº 17 – “Parcerias para a implementação dos objetivos” – reforça a importância que organizações como a CEDEAO podem ter na implementação desta Agenda. Considera-se que o desempenho deste tipo de organizações é importante para alcançar os objetivos globais da ONU: podem apoiar os Estados membros a delinear os planos de ação para o desenvolvimento sustentável e têm um papel chave na supervisão da implementação desses compromissos (Mura e Consuegra, 2015, par.2). Estas organizações podem garantir a responsabilidade dos seus Estados membros e a implementação efetiva de compromissos globais.

Neste contexto, a CEDEAO tem a oportunidade e responsabilidade de se aproximar dos seus Estados membros. Esta aproximação pode aumentar os mecanismos nacionais de monitorização e a implementação eficaz da igualdade de género. Por outro lado, a CEDEAO é chamada a facilitar a interpretação efetiva de políticas de desenvolvimento sustentável e apoiar os Estados membros a desenvolver ações concretas a nível nacional. A cooperação entre a CEDEAO e as instituições nacionais é central para se implementar a igualdade de género.

A Igualdade de Género assume dois caminhos dentro dos ODS: ora como meta a ser atingida, ora como meio para alcançar outras metas (ONU Mulheres, 2018). É importante para a realização dos 17 ODS e para a sua implementação é necessária uma abordagem integrada e baseada em direitos.

A África Ocidental, com o apoio da CEDEAO, pode-se tornar uma força poderosa para o crescimento e desenvolvimento de África, tem importantes ativos que poderão ser o motor para o crescimento (Castillejo, 2014).

Posto isto, o propósito desta dissertação é responder à seguinte questão: Qual o papel da CEDEAO na implementação da igualdade de género no âmbito da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável?

Quanto ao objetivo geral deste trabalho consiste em descrever e avaliar o papel da CEDEAO na implementação da igualdade de género no âmbito da Agenda 2030 da ONU. Além disso, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: analisar o papel da CEDEAO ao nível da cooperação para o desenvolvimento sustentável e identificar e avaliar as iniciativas políticas e normativas em matéria de igualdade de género.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Conceitos Operacionais

Para a realização deste estudo, de modo a compreender a realidade apresentada, tivemos em consideração alguns conceitos operacionais, nomeadamente:

O conceito de desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito que abrange várias áreas, assentando essencialmente no ponto de equilíbrio entre o crescimento económico, equidade social e a proteção do ambiente. É o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo ao mesmo tempo um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (Relatório Brundtland, 1987).

O conceito de igualdade de género

Entende-se por género os significados sociais dados às diferenças biológicas entre os sexos. É uma construção ideológica e cultural, mas também é reproduzida no âmbito das práticas materiais, por sua vez, influencia os resultados de tais práticas. Afeta a distribuição de recursos, riqueza, trabalho, poder de decisão e poder político, e o gozo de direitos e direitos na família e na vida pública⁴ (p.7).

⁴V. ONU. World survey on the Role of Women in Development Globalization Gender Work. (1999). Disponível em <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/1999/1/1999-world-survey-on-the-role-of-women-in-development-globalization-gender-and-work>

A igualdade de género refere-se à igualdade de oportunidades, direitos e responsabilidades para mulheres, homens, meninas e meninos. A igualdade significa que as oportunidades, os direitos e as responsabilidades das mulheres e dos homens não dependem do sexo com que nasceram (feminino ou masculino). Isso implica que os interesses, necessidades e prioridades de mulheres e homens são levados em consideração. Embora a igualdade de género seja um objetivo importante em si mesmo – uma questão de direitos humanos e justiça social – os passos para uma maior igualdade também podem contribuir para a consecução de outros objetivos sociais e económicos⁵.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres da ONU de 1979 foi o primeiro tratado internacional a promover os direitos da mulher na procura da igualdade de género e reprime quaisquer discriminações contra a mulher. Foi um dos instrumentos, através do qual o princípio do gozo dos direitos humanos, em pé de igualdade, independentemente do sexo (introduzido com a adoção da Carta das Nações Unidas em 1945), foi concretizado (Secretario Geral sobre la cuestión del ejercicio, en todos los países, de los derechos económicos, sociales y culturales (A/HRC/22/24), p.4).

O artigo 1º da referida Convenção define a discriminação contra as mulheres como:

Qualquer distinção, exclusão ou restrição feita com base no sexo que tenha efeito ou o objetivo de prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pelas mulheres, independentemente do estado civil, em uma base da igualdade entre homens e mulheres, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no campo político, económico, social, cultural, civil ou de qualquer outro campo.

De acordo com o enquadramento normativo da ONU os direitos das mulheres são os seguintes: Direito à vida; Direito à liberdade e à segurança pessoal; Direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação; Direito a liberdade de pensamento; Direito à informação e educação; Direito à privacidade; Direito à saúde e proteção desta; Direito a constituir relacionamento conjugal e planejar a sua família; Direito a decidir ter ou não filhos

⁵ ONU Glossário de termos. Em <http://www.unstats.un.org>

e quando tê-los; Direito aos benefícios do progresso científico; Direito à liberdade de reunião e participação política; Direito a não ser submetida a torturas e maus tratos.

O conceito de empoderamento da mulher

O empoderamento da mulher consiste em realçar a importância de a mulher adquirir o controlo sobre o seu desenvolvimento, devendo o Governo e a sociedade criar as condições para apoiá-la nesse processo⁶. Ou seja, consiste no posicionamento das mulheres em todos os campos sociais, políticos e económicos. O empoderamento da mulher baseia-se no direito da mulher participar ativamente em questões sociais e poder tomar decisões importantes nos vários campos, principalmente nos aspetos que estão relacionados com as mulheres.

2.2. Enquadramento teórico-analítico

Com o fim de avaliar o papel da CEDEAO na implementação da igualdade de género no domínio da Agenda 2030 e o respetivo impacto no desenvolvimento sustentável, utilizámos a perspetiva Liberal Institucionalista, a perspetiva Construtivista e a perspetiva Feminista da autora Carole Pateman⁷.

A perspetiva Liberal Institucionalista enfatiza a paz e a cooperação nas Relações Internacionais, princípio que rege a ONU. As instituições são tidas como forma eficiente de assegurar a resolução de conflitos e outras questões, como a igualdade de género, sem o uso da força (Castro, 2012, p.355). A cooperação é essencial para alcançar os objetivos de desenvolvimento e as instituições são tidas como legítimas na determinação de questões globais, na determinação da igualdade de género.

O Construtivismo foca a ideia de que a realidade é construída e que as estruturas são definidas principalmente por ideias e não apenas por forças materiais. As normas têm um papel fundamental tanto na construção da realidade dos agentes, quanto na definição de identidades e interesses (Vleuten, 2008). A Agenda 2030 apresenta objetivos globais, cuja implementação se baseia em normas, regras, medidas e políticas.

⁶ V. UNFPA. (s.d). Conceito de Empoderamento da Mulher. Disponível em http://www.unfpa.org.br/arquivos/delaraao_beijing.pdf

⁷Filósofa que trabalha com teoria política e feminismo. Suas obras abordam questões relativas à democracia, participação política, obrigação política, críticas ao liberalismo e perspetivas feministas a respeito da dominação e do contrato social.

A perspetiva Feminista de Carole Pateman não atribui o poder ou opressão da mulher a desígnios da natureza. Para a autora é claro que o que é relevante na organização da sociedade justa quanto ao género é a forma como uma sociedade valora as diferenças biológicas, bem como as implicações dessa valoração na distribuição de bens sociais. Ora, a desigualdade de género, especialmente em África, tem uma forte componente cultural e social altamente patriarcal, onde a extrema pobreza da região, as fracas instituições estatais, a instabilidade, a corrupção política e as políticas inacessíveis acentuam mais esta realidade.⁸

2.3. Revisão da Literatura (ou Estado da Arte)

A questão da igualdade de género em África é um tema que tem gerado inúmeros estudos na comunidade académica. O autor Olatunji, C. (2013) fala da problemática da desigualdade de género em África. Afirma que a discriminação de género em África, como em outros lugares, é principalmente devido a fatores sócio-culturais resultantes de um sistema sócio-económicopatriarcal. (p.1)

Manda, D. e Mwakubo, S. (2014) mostram que apesar dos progressos realizados no sentido de alcançar a igualdade de género nos países africanos, a desigualdade de género ainda é prevalente e continua a ser um grande desafio (par.1). Argumentam que algumas das desigualdades estão embutidas nas normas e crenças culturais enraizadas nas sociedades africanas (par.4), mas que até certo ponto, as desigualdades podem ser parcialmente resolvidas pela mudança de política de formulação e aplicação de leis (para.5).

Quanto à igualdade de género na África Ocidental, os autores Tuwor, T. e Sossou, M. (2008), focam o seu estudo nas estratégias para manter as meninas na escola, examinam algumas razões para persistirem diferenças entre mulheres e homens no acesso à educação. Como os autores referidos anteriormente focam que as crenças e atitudes culturais influenciam a desigualdade de género. (par.3)

O autor Obamamoye, B. (2016) realça a marginalização política das mulheres na África Ocidental (par.1) e discute o papel da CEDEAO como um potencial “*norm entrepreneur*” no contexto da representação de mulheres nos parlamentos na África Ocidental. O autor

⁸Pateman, (s.d), como referido em Cyfer (2010). Liberalismo e feminismo: igualdade de género em Carole Pateman e Martha Nussbaum. Em <http://www.scielo.br>

defende o papel indispensável que a organização poderia desempenhar no aumento da presença de mulheres nos parlamentos nacionais (par.3).

As contribuições dos referidos autores são importantes pois reforçam a questão social e cultural como obstáculos à implementação da igualdade de género e mostram que é necessária a formulação e aplicação de novas leis e políticas. Focam igualmente a importância da CEDEAO a nível regional como organização com o potencial de causar a mudança.

Apesar da relevância destes trabalhos, o estudo aprofundado sobre a ação da CEDEAO na implementação da igualdade de género no âmbito da Agenda 2030 apresenta algumas limitações, talvez por se tratar de uma temática recente. Não existe um foco no que a CEDEAO tem feito para a implementação do 5º ODS. Assim, este estudo, ainda que de forma exploratória, irá procurar colmatar algumas das lacunas existentes.

3. Metodologia

Para a realização deste estudo recorreremos a áreas do Saber como a Ciência Política, História, Economia, Direito e Sociologia. A recolha de dados e informações foi realizada com base na pesquisa documental e bibliográfica em *sites* de organizações internacionais, tais como a ONU, CEDEAO, ONU Mulheres, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e demos preferência a fontes primárias sempre que possível. A consulta de Relatórios, Programas, Tratados e Acordos, Campanhas de sensibilização, bem como outros conteúdos disponíveis na Internet foram considerados. Fizemos uma análise do discurso para compreender e interpretar os dados recolhidos. Numa primeira fase realizámos uma pré-análise, de modo a organizar a documentação que foi analisada. Depois explorámos o material recolhido e, por fim, procedemos ao tratamento dos resultados.

Para responder à pergunta de partida recorreremos a alguns indicadores que nos deram informações específicas sobre a condição da igualdade de género na África Ocidental. O uso de indicadores ajuda a tornar a comunicação mais concreta e eficaz, facilita a monitorização e acompanhamento dos resultados, permite maior transparência (Human Rights Indicators, 2012, p.1) A igualdade de género é uma questão de direitos humanos e os indicadores estão relacionados com relacionados a normas e padrões de direitos humanos, refletindo

princípios e preocupações e são usados para avaliar e acompanhar a promoção e implementação de direitos humanos. Nesta dissertação os indicadores permitiram observar e analisar o desempenho da CEDEAO na implementação da igualdade de género e empoderamento da mulher. Os indicadores utilizados são tanto qualitativos como quantitativos Os indicadores utilizados são tanto qualitativos como quantitativos e nesta dissertação utilizou-se uma abordagem mista. Os indicadores quantitativos facilitam avaliações qualitativas por medir a magnitude de certos eventos e da mesma forma, as informações qualitativas podem complementar a interpretação de indicadores quantitativos.

Os indicadores são cruciais para avaliar o papel da CEDEAO na implementação da igualdade de género, uma vez que, são estabelecidos para medir e comparar a situação de mulheres e homens ao longo do tempo, permitem acompanhar se os objetivos de igualdade de género estão a ser alcançados ou não, revelam as barreiras à implementação da igualdade de género e providenciam informação vital para se ajustar programas e políticas.

Todos os indicadores são importantes mas para o nosso estudo tivemos em conta os seguintes indicadores:

- Se existem ou não estruturas legais para promover, acompanhar e fazer cumprir a igualdade e a não discriminação com base no sexo.
- Número de países da CEDEAO com leis e regulamentos que garantam às mulheres o acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva, o acesso à informação e educação.
- Número de países da CEDEAO que garantam às mulheres o acesso legal à propriedade, direitos de terras agrícolas.
- O número de países da CEDEAO com sistemas para monitorar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e alocar fundos públicos para esse fim.
- A percentagem de lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais e governos locais.
- Percentagem de mulheres em cargos de gestão.
- Percentagem de mulheres e meninas submetidas a violência física, sexual ou psicológica.

- Percentagem de mulheres e meninas que sofreram mutilação genital, percentagem de mulheres que se casaram ou estavam em união antes dos 15 e 18 anos.
- Percentagem de participação das mulheres para os homens na força de trabalho
- Percentagem da conclusão do ensino secundário das mulheres para os homens
- Percentagem de mortalidade materna (por 100,000 nascidos vivos)

Com estes indicadores é possível verificar aspetos como as oportunidades económicas, a saúde e a educação. Quanto à escolha do período de tempo, a análise de 1990 a 2017 permite explorar a evolução ao longo do tempo e avaliar o desempenho da CEDEAO. A comparação com a média da África Subsariana também é tida em consideração o que permite uma perspetiva de comparação mais ampla. Tivemos alguma dificuldade em encontrar dados estatísticos correspondentes aos períodos de 1990 a 2017 para todos os indicadores e para todos os países da CEDEAO, pelo que os dados apresentados, na sua maioria, dizem respeito ao ano mais recente disponível. O único indicador com dados estatísticos completos é a percentagem de lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais e governos locais anos de 2015 a 2017. Recorremos aos dados do World Bank Women, Business and the Law, um projeto do Grupo Banco Mundial, que recolhe e disponibiliza dados únicos sobre as leis e regulamentos que restringem as oportunidades económicas das mulheres, a dados World Bank database, da UNICEF global database, da UNWomen global database on violence against women, Africainnumbers e a UNstats.

Capítulo I. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

“West African States, of Historic solidarity, Come, united and develop a buoyant economy! Freedom returning from the yokes of past captivity, Now West Africa becomes the Economic Community!”⁹

1.1. Da segregação à união

Solidariedade, união, liberdade e cooperação deram forma e expressão ao sonho dos africanos após um longo período de subjugação. Com a independência surgiram blocos

⁹ Hino da CEDEAO. Disponível em <http://www.ecowas.int>

regionais africanos, também conhecidos como Comunidades Económicas Regionais (CER), que procuraram ser a resposta e o caminho para uma nova África.

Antes da chegada dos europeus, o continente possuía sociedades originárias com instituições próprias, organizadas, estruturadas e estáveis. Com os europeus surgiu a escravatura, o domínio e a instituição do sistema colonial. A África e ao seu povo restaram séculos de mãos e mentes aprisionadas.

Durante muitos séculos África foi obrigada a ser fornecedora de recursos fundamentais para a industrialização Ocidental (recursos naturais e mão de obra), ao mesmo tempo que se sujeitava à pobreza e à decadência.

A “herança colonial”, segundo António de Sousa Lara, coloca os países saídos dos processos de descolonização posteriores a 1945, num ciclo vicioso de pobreza e numa condição de sistemática dependência externa (2014, p. 165).

Segundo Fernandes (2011):

Os países africanos carecem de infraestruturas, de democracia e apresentam altas taxas de analfabetismo. Porém, as infraestruturas, a democracia e o desenvolvimento não podem ser construídos em um período de 50 anos (isso porque a maioria dos países africanos conquistou a independência no final da década de 1960/1970, então são Estados de aproximadamente 40 anos). (p. 21)

O subdesenvolvimento e os diversos desafios que compõem a realidade africana não dizem apenas respeito aos africanos. Além disso, o desenvolvimento é um processo que requer cooperação, tempo e tenacidade.

É neste sentido de união para o desenvolvimento, que após a descolonização, o processo de integração regional africano, com raízes nas ideias pan-africanas, começou a ganhar forma.

África possui um longo histórico de iniciativas de integração regional. A primeira vaga remonta a 1910 com a criação da União Aduaneira da África do Sul (Sigla em inglês, SACU) e com a criação da CEDEAO em 1975. Hoje existem mais organizações regionais em África do

que em qualquer outro continente e muitos países estão envolvidos em mais de uma iniciativa de integração regional.

O pan-africanismo é um movimento sociopolítico e ideológico que enfatiza a ideia de uma África unida. Nasceu com o despertar dos descendentes africanos na diáspora e inicialmente estava voltado para a promoção social e política dos negros na América. Com o tempo voltou-se para a defesa da descolonização e do progresso social e político da África (Fernandes, 2011, p.18).

O pan-africanismo foi utilizado pela primeira vez por Sylvester Williams¹⁰, por ocasião de uma conferência de intelectuais negros realizada em Londres onde se proclamou o direito dos negros à sua própria personalidade.

A partir de 1919 foram organizados vários congressos pan-africanos. De destacar o V Congresso em 1945, em Manchester, que se focou na criação de uma organização supranacional que velasse pelos interesses africanos, facto que se concretizou com a criação da Organização para a Unidade Africana (OUA) em 1963, que mais tarde se tornaria a União Africana (UA). A partir deste congresso o conceito de uma África livre e unida criava raízes. O pensamento foi adotado por vários políticos e intelectuais africanos, que procuravam encaixar estas ideias nas necessidades de independência e liberdade dos povos africanos colonizados.

Sendo assim, numa primeira fase do movimento, fins do século XVIII e meados do século XX, a ideia de solidariedade proponha a união de todos os africanos como forma de potencializar a voz de todos os povos africanos no contexto internacional. Nomes como E. Blyden, S. Williams, J. Hayford, B. Crowther, J. Horton, M. Garvey e W. E. Du Bois, foram alguns intelectuais que se destacaram nesta fase (Barbosa, 2015, p.1).

A partir de 1945, o Pan-africanismo entrou numa segunda fase caracterizada pelo combate ao colonialismo, onde ativistas como G. Padmore, C. A. Diop, L. S. Senghor, A. Césaire, F.

¹⁰Sylvester Williams (1869-1911) foi um advogado, conselheiro e escritor que ficou conhecido pelo seu envolvimento no movimento Pan-africano. Em 1900 organizou a primeira Conferência Pan-africana em Londres. Disponível em <http://www.encyclopedia.com>

Fanon, K. N'Krumah, N. Azikiwe, A. Cabral e J. Nyerere dinamizaram este movimento político e cultural (Barbosa, 2015, p.1).

Paim (2014) compreende o pan-africanismo sob duas perspetivas. Uma enquanto projeto de libertação e outra enquanto projeto de integração (p.88). Isto é, por um lado, reflete a luta pela independência nacional e contra o colonialismo. Por outro lado, defende a construção de visões positivas e internacionalistas acerca de uma identidade étnico-racial, entendida como comunidade negra (africanos e afrodescendentes).

Assim, ora como forma de manutenção da relação colonial entre Estados vizinhos que pertenciam à mesma potência colonial, ora como alternativa para superar os obstáculos herdados pela colonização, o processo de integração regional africano teve a influência do movimento pan-africano e tornou-se uma componente importante nas estratégias de desenvolvimento.

O Plano de Ação de Lagos, aprovado em Abril de 1980, em resposta à situação económica em África, propôs uma estratégia para alcançar um desenvolvimento sustentável. O plano incentivava a procura de um crescimento económico elevado e sustentado, a transformação das estruturas económicas e sociais e a manutenção de uma base sustentável de recursos.

Em 1991 um novo capítulo na história de África é iniciado com a instituição da Comunidade Económica Africana (CEA) em Abuja, Nigéria. O foco das ações da CEA é a integração económica regional, onde desafios foram estabelecidos como a circulação de uma moeda comum até 2027, a plena mobilidade dos fatores de produção e a livre circulação de bens e serviços.

O ano 2001 assistiu a uma aceleração das discussões políticas sobre integração regional com o estabelecimento da UA e o lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (Sigla em inglês, NEPAD), cujas ações se centram na racionalização do aparelho estatal em busca do desenvolvimento económico regional, através da identificação de projetos comuns compatíveis com as necessidades e as afinidades dos diversos países.

A agitação política e social que se viveu e se tem vivido um pouco por todo o continente, manifestando o desejo pela democracia e liberdade, tem despertado a sociedade para a

interação de valores e interesses pela mudança nas instituições africanas, onde a população tem visto que a integração das ações políticas produz mais benefícios que custos.

Estes aspetos permitem-nos enquadrar e compreender o contexto em que a CEDEAO surge, possibilita-nos entender as circunstâncias da sua evolução e adaptação a um continente em constante ameaça (quer por causas naturais, quer por causa humana) e em rápido crescimento.

O crescimento acelerado desde o ano 2000 veio aumentar as oportunidades de promoção do comércio e desenvolvimento. Em 2015 o crescimento em África continuou a demonstrar resiliência, apesar da fragilidade da economia global. Em algumas zonas o PIB real cresceu 3,1%, permitindo que o continente continuasse a ser a segunda economia com maior crescimento no mundo (a seguir à Ásia emergente).¹¹

Como organização regional africana, a CEDEAO foi uma resposta ao processo de descolonização, à vontade de um crescimento económico-social, tem uma forte componente pan-africana e está inserida num continente que desde sempre enfrentou desafios de natureza múltipla (pobreza, conflitos, doenças e epidemias, problemas de natureza climática). No entanto, é também uma organização que se rege por normas e princípios, que segundo a perspetiva Construtivista, desempenham um papel importante na construção da realidade dos agentes e na definição de identidades e interesses.

A teoria Construtivista destaca a ideia de que as estruturas também são definidas por ideias compartilhadas (e não apenas por forças materiais), tendo as ideias compartilhadas uma forte influência na construção das identidades e dos interesses dos atores. As normas e ideias têm um papel significativo tanto na constituição da realidade dos agentes, como na definição das identidades e interesses.

Para Hopf (1998), as identidades são necessárias ao cumprindo uma função essencial, dizendo quem é o ator. As identidades referem-se a um conjunto particular de interesses ou preferências com respeito à escolha de opções em âmbitos particulares acerca de atores particulares (p.175).

¹¹Perspetivas Económicas em África (2016) – Políticas comerciais e integração regional – cidades sustentáveis e transformação estrutural. Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/home>

O conceito de identidade é, portanto, importante para se entender a forma como são construídos os interesses, funcionando como um vínculo entre as estruturas e os interesses.

Os quinze países da CEDEAO têm laços culturais e geopolíticos e compartilham interesses económicos comuns (CEDEAO, s.d.).

Como ator regional, a CEDEAO procura encorajar o crescimento económico e o desenvolvimento, reduzir a pobreza e promover a paz e segurança através da integração regional (Hulse, 2014, p.8). Ainda na perspetiva deste autor, apesar da sua criação ter na base um fundamento puramente económico, a organização reconhece que o desenvolvimento económico não pode ter lugar num ambiente instável, levando-a a expandir as suas ações para os assuntos políticos e de segurança. E mesmo existindo muitos Estados membros com democracias não consolidadas, a CEDEAO compromete-se em promover a democracia constitucional.

A sua identidade de força motriz na promoção da união entre os Estados membros, paz, segurança e crescimento económico revela o seu interesse em alcançar um desenvolvimento sustentável, um crescimento económico e social na região, ambicionando ser um exemplo de integração no continente africano.

A CEDEAO tem todo o interesse em promover o desenvolvimento e crescimento económico e social, considera importante a democracia e acredita que terminar com os conflitos regionais permitirá a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável.

A CEDEAO é tida como uma forma eficiente para tratar da resolução pacífica de uma série de questões, entre elas a implementação da igualdade de género e a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável e salienta a paz e cooperação nas Relações Internacionais, indo assim ao encontro da perspetiva Liberal Institucionalista. É também um dos pilares da União Africana, o que mostra o seu empenho na cooperação regional.

Apesar das dificuldades, podemos verificar que a região se tem dedicado ao desenvolvimento e crescimento económico, fazendo prevalecer o seu carácter inicial de comunidade económica, com o objetivo de promover a cooperação e integração através do estabelecimento de uma união económica (Medeiros, 1998, p.103).

Medeiros (1998) indica que este objetivo tem em vista a melhoria do nível de vida das populações e manutenção de uma estabilidade económica por forma a contribuir para o desenvolvimento do continente africano (p.103).

1.2. Antecedentes e criação da CEDEAO

De modo sucinto, iremos verificar alguns aspetos relevantes da criação da CEDEAO de forma a conhecer melhor esta organização.

As raízes da sua criação remontam à década de 1960 quando o Presidente da Libéria, na altura William Tubman, deu o primeiro passo para a criação de uma comunidade na África Ocidental. A criação do Franco CFA foi o passo para uma união monetária, levando à assinatura de um acordo em 1965 assinado pela Costa do Marfim, Guiné, Libéria e Serra Leoa (CEDEAO, s.d, par.5).

Contudo, foi mais tarde por volta de 1972, que o General Gowon da Nigéria e o General Eyadema do Togo surgiram com a ideia de um acordo comercial para a África Ocidental. Os Generais visitaram os países da África Ocidental no ano seguinte procurando apoio para o novo acordo comercial. Em dezembro do mesmo ano potenciais Estados membros reuniram-se em Lomé, Togo, para rever o que podemos chamar o esboço do tratado constitutivo da CEDEAO.

Em 1974, juristas e especialistas reuniram-se em Acra, no Gana para reforçar a revisão do projeto do tratado. A revisão final do projeto foi realizada em 1975 na Monróvia, Libéria.

Em Maio de 1975, o Tratado da CEDEAO ou Tratado de Lagos foi assinado por 16 Estados e ratificado entre maio de 1975 e março de 1976 por 13 Estados (Libéria, Nigéria, Guiné, Gana, Gâmbia, Costa do Marfim, Burkina Faso, Benim, Cabo Verde, Serra Leoa, Togo, Níger, Guiné-Bissau e Mauritânia).

Em 1993, o Tratado foi revisto e assinado em Cotonou, República do Benim pelos seus 16 Estados membros da altura. O tratado foi ratificado a 10 de agosto de 1999. Este tratado veio dar um novo impulso à sub-região com o estabelecimento de uma nova Autoridade, de um Parlamento e 8 Comissões técnicas especializadas (Medeiros, 1998, p. 103).

Em 1994, nasceu a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). O Tratado foi assinado em Dakar, Senegal pelo Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo e a sua ratificação foi a 1 de agosto de 1994. Mais tarde a Guiné-Bissau tornou-se o oitavo membro da união monetária (UEMOA, s.d,par.1-4).

Em dezembro de 1999, foi realizada uma Cúpula da CEDEAO onde ficou estabelecido o Protocolo para o estabelecimento de um mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Paz e Segurança.

No ano 2000, a Mauritânia, que já tinha anunciado a sua intenção de se retirar em dezembro de 1999, abandonou a organização devido a desacordos com as decisões tomadas durante a Cúpula em 1999. No mesmo ano, a organização assinou o Acordo de Cotonou¹² e a Declaração do Milénio.

Em 2004, a CEDEAO e a UEMOA assinaram um acordo geral de cooperação para melhorar a coordenação dos seus programas, prevendo a criação de uma Secretaria Técnica conjunta a fim de harmonizar as suas atividades. O ano de 2006 foi marcado pela assinatura de um acordo entre o Benim e a CEDEAO para o acolhimento da sede do Grupo de Energia da África Ocidental, uma instituição especializada na promoção, exploração e distribuição dos recursos energéticos da região.

Entre 2008 e 2013, foram assinados uma série de acordos para a promoção do comércio internacional, como por exemplo, o acordo com o Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (2008), o Memorando de Entendimento para melhorar o comércio entre os Estados membros (2009), o acordo com a China relativo à cooperação para o desenvolvimento de infraestruturas e investimento, a Agência de Garantia de Investimento Regional criada em 2013 para ajudar a minimizar os riscos políticos associados aos investimentos na África Ocidental e a Agência Regional de Agricultura e Alimentos, com sede em Lomé, Togo. Por último, em setembro de 2015 adotaram a Agenda 2030 da ONU.

Quanto à estrutura organizacional, a CEDEAO tem as seguintes instituições e agências especializadas (CEDEAO, s.d.):

¹² Acordo entre o grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e a União Europeia.

Instituições: a Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo, a Comissão da CEDEAO, o Tribunal de Justiça da Comunidade, o Parlamento da Comunidade, o Conselho de Ministros, o Banco de Investimento e de Desenvolvimento da CEDEAO, a Organização Oeste Africana da Saúde, os Comités Técnicos Especializados e o Grupo Intergovernamental da Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental. (par.1)

Agências Especializadas: a Agência Regional para Agricultura e Alimentação, a Autoridade de Regulação do Setor da Eletricidade da CEDEAO, o Centro para Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO, o Grupo da Energia da África Ocidental, CEDEAO Brown Cartão, a Unidade de Coordenação dos Recursos Hídricos, o Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO, o Centro de Desenvolvimento da Juventude e Desportos da CEDEAO, o Instituto Monetário Oeste Africano e a Unidade de Preparação e Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura da CEDEAO. (par.2)

Das Agências Especializadas, iremos destacar o Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO. Foi criado em 2003 aquando da 26ª Sessão da Autoridade dos Chefes de Estado e Governo da CEDEAO realizada em Dacar sobre decisão A/DEC.16/01.03. A CEDEAO considera a igualdade de género como um motor da integração regional. Este reconhecimento é refletido no Artigo 63 do Tratado Revisto da CEDEAO (CDGC, s.d):

Apela aos Estados membros a formular, harmonizar, coordenar e implementar políticas e mecanismos apropriados para melhorar as condições económicas, sociais e culturais da mulher (par.1)

Esta agência polivalente trabalha com os Estados membros através da formação baseada no conhecimento e transferência de competência, elaboração e gestão de programas para mulheres e homens do setor público e privado com o objetivo de promover a integração do género em todas as políticas, estratégias e programas. Todo o trabalho é regido por quatro princípios de base (CDGC, s.d): Justiça, Equidade, Igualdade, Paz e segurança (par. 3)

Os departamentos que compõem este centro são (CDGC, s.d):

- O Departamento de Planificação, pesquisa, seguimento e avaliação;

- O Departamento de Política e programas de género e sua implementação

- Departamento de Finanças;
- Departamento de Administração;
- Departamento De Programa de capacitação e desenvolvimento de capacidades das mulheres;
- Departamento de Programa de género e sociedade civil;
- Departamento das Tecnologias da informação. (par 6-12)

O Centro está também envolvido no desenvolvimento de uma Política Regional e Defesa do Assédio Sexual no local de trabalho e em instituições educacionais. Os seus principais objetivos são (CDGC. s.d):

- I. Mobilizar as mulheres e capacitá-las para participarem ativamente no processo de integração regional;
- II. Integrar o género nas instituições da CEDEAO e nos Estados membros;
- III. Trabalhar com os Estados membros para implementar políticas de género;
- IV. Pesquisa em questões de género;
- V. Trabalhar com os Estados membros para recolher, analisar e corrigir dados relativamente ao género;
- VI. Sensibilizar, formar e capacitar os Estados membros para a questão de género;
- VII. Criar e formar parcerias com a sociedade civil;
- VIII. Divulgar informações através de vários meios de comunicação. (par. 2-11)

Em 2007, a Comissão da CEDEAO implementou um quadro institucional propício à promoção da igualdade de género, o Posto de Comissário do Desenvolvimento Humano e de Género e transformou a Divisão do Género, Sociedade Civil, Emprego, Juventude, Desporto e Controlo das Drogas em Direção.

A Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, adotada em 31 de outubro de 2000, criou uma base política internacional que sustenta a promoção e defesa da transversalidade da dimensão da igualdade de género na prevenção, gestão e resolução de conflitos armados

e em todas as fases dos processos de construção de paz, criando ao mesmo tempo uma nova perspetiva sobre o papel das mulheres ao reconhecê-las não exclusivamente como vítimas que carecem de proteção mas também como atores relevantes e capazes nestes processos. A resolução refere-se à participação total e igual das mulheres, à integração de uma perspetiva de género em todas as iniciativas de paz e segurança. A Resolução 1820, adotada em 19 de junho de 2008 pelo Conselho de Segurança na sua 5916ª sessão, reforça e complementa a Resolução 1325 e procura combater a violência sexual durante os conflitos armados e depois deles.

Verificámos que a África Ocidental é afetada por vários fatores, o que a torna particularmente vulnerável. Porém, notámos que a CEDEAO como organização regional, desde a sua criação tem procurado fazer face às dificuldades. Através da cooperação, da transformação e melhoria das suas instituições, tem feito um esforço para terminar com a pobreza, dinamizar a sua economia e proporcionar à sua população segurança e bem-estar.

Capítulo II. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e o Desenvolvimento Sustentável

2.1.O Desenvolvimento na África Ocidental

A obtenção da independência em África não significou o fim dos problemas para os novos países. Na maior parte dos casos, a independência política não foi acompanhada da independência económica. Não houve quaisquer preocupações de desenvolvimento equilibrado (Vitoriano, Cruz e Lucena, 1998, p.141)

De acordo com Trindade (2006):

A maioria dos estudos realizados sobre a história da África pós-colonial revela as seguintes causas do seu atraso: o excessivo peso militar na condução política do Estado (com ditaduras militares prolongadas a interromperem experiências democráticas pós-independência e muitos golpes de Estado entre os anos 60 e 80); violência política; regimes autoritários; manipulação étnica como instrumento de luta pelo poder; corrupção; exploração não criteriosa dos recursos naturais e degradação

ambiental daí resultante; crescimento demográfico; alastramento da pobreza e da fome; má preparação das elites; incapacidade do Estado para cumprir obrigações públicas e satisfazer as necessidades básicas da população; excesso de intervenção do Estado na economia; dívida externa crescente. (p.10)

Porém, apesar da complexidade que envolve o desenvolvimento em África, a verdade é que temos assistido a um impulso nas iniciativas para o crescimento e progresso no continente.

Conforme o relatório *Tracking Africa's Progress in Figures* (2014), elaborado pelo Banco de Desenvolvimento Africano, as economias africanas têm mostrado um crescimento sem precedentes. No período de 2000-2012, cerca de 89% dos países africanos melhoraram a sua capacidade de oportunidade económica e desenvolvimento humano, 67% de países fizeram progressos no que toca a participação política, igualdade de género e direitos humanos. O continente tem atraído a atenção de investidores. Em 2012 o investimento direto estrangeiro cresceu de 50 biliões de dólares USD para 641 biliões. O crescimento económico da África Subsariana registou 31% (World Bank, 2018).

Mas todo este progresso não foi em todos os países de África. Um pouco por toda a região permanece a pobreza, a fome e desigualdades sociais. As economias africanas, em termos gerais, apesar da ajuda externa de que têm beneficiado ainda se revelam muito frágeis (Trindade, 2006, p.17).

Estes aspetos agravam a situação das mulheres e meninas da região. O relatório *West Africa: A brief introduction* (2017) elaborado pela Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) indica que os países da África Ocidental tiveram uma redução da pobreza de quase 70% em 1996 para 40% em 2012 nas áreas rurais e nas áreas urbanas caiu de 30% para 15%. No entanto, o índice de desenvolvimento humano é baixo em todos os países da região, exceto em Cabo Verde e Gana. O relatório também faz referência à situação das mulheres, mostrando que na África Ocidental registam-se as maiores desigualdades entre sexos no acesso à escolaridade, no acesso aos serviços públicos e serviços de saúde, principalmente serviços de saúde sexual e reprodutiva. O relatório conclui que apesar de todo o crescimento económico nas últimas décadas, os países da África Ocidental deparam-se com o desafio de tornar o crescimento mais inclusivo e equitativo. A forte dependência

de produtos primários, o desigual acesso a oportunidades sociais e económicas, a pobreza, o analfabetismo e questões de nutrição são os principais impulsionadores e contribuintes para a exclusão humana que afeta mais as mulheres e crianças. As mulheres têm menos acesso a trabalhos e oportunidades financeiras. A maioria das mulheres recebe salários mais baixos que os homens, muitas vezes não podem legalmente receber heranças ou acesso a crédito.

Os países da África Ocidental enfrentam muitos desafios de desenvolvimento socioeconómico. Estamos perante Estados que podem ser classificados como frágeis¹³, que são definidos como Estados que apresentam baixos níveis de controlo administrativo em todo o território ou em partes dele, lacunas significativas na segurança, desempenho e legitimidade, as instituições administrativas não funcionam de todo, o que representa um entrave ao desenvolvimento da região. A nível de comércio externo e comércio inter-regional, o fluxo dos países da África Ocidental é muito baixo. Os autores Murshed SM, Goulart P, Serino LA (2011) indicam que os países em desenvolvimento têm tendência a não criar fluxo de comércio entre eles. Para África a importância de outros países do “sul (global)” surge particularmente primeiro com o aumento das importações de outros países do sul de 20% (1990) para 32% (2000) e 46% (2008). As exportações de África mantiveram-se entre os 29% (1990) e os 34% (2008) mas provavelmente subiram desde então.

O aumento do comércio entre os Estados membros pode melhorar o bem-estar económico e proporcionar a promoção da igualdade de género, o empoderamento das mulheres e assim alcançar o objetivo de desenvolvimento, definido como o impacto planeado que contribui para benefícios físicos, financeiros, institucionais, sociais, ambientais ou outros para uma sociedade, comunidade ou grupo de pessoas por meio de uma ou mais intervenções de desenvolvimento¹⁴. Isto tem sido ambicionado pelos países da África Ocidental mas só poderá ser alcançado se existir uma colaboração entre todos os países, assim como uma vontade de harmonizar políticas, intenções, planos e ações a todos os níveis.

¹³ Fragile States and development in West Africa (2012). Disponível em <http://www.repository.uneca.org/handle/10855/33629>

¹⁴ Learning Portal da UNESCO. Disponível em <http://learningportal.iiep.unesco.org/en/glossry/>

2.2. Ações da CEDEAO para o Desenvolvimento Sustentável

Sendo o primeiro e principal objetivo da organização acelerar a cooperação económica e o desenvolvimento dos seus Estados membros (Pirolli, 2014, par. 6), observemos algumas das iniciativas tomadas neste sentido.

I. Visão 2020 da CEDEAO

É uma resolução viável e realizável que apela à mudança de paradigma nas atitudes e orientação institucional, a fim de criar um ambiente em que a comunidade empresarial e o público em geral possam ter um entendimento comum e trabalhar juntos para realizar os interesses de desenvolvimento, alcançando o crescimento equitativo e amplo, erradicando a pobreza com base num desenvolvimento sustentável. Esta resposta requer uma alteração na formulação das políticas e na sua implementação, por parte de todas as entidades envolvidas (Visão CEDEAO 2020, par. 5).

A Visão 2020 quer converter a “CEDEAO de Estados” para a “CEDEAO dos Povos”, de modo a envolver mais a população no processo de integração. A Visão 2020 foi apoiada com o Plano Estratégico Regional 2011-2015 (UNECA, 2015, par.4-5).

Paralelamente a Comissão preparou um Programa de Desenvolvimento que foi adotado pelos Chefes de Estado e de Governo em julho de 2014, em Acra, Gana. Este programa estabelece uma Agenda de Desenvolvimento da Região a médio e longo prazo, identificando prioridades, projetos e programas a serem implementados (UNECA, 2015, par. 7).

II. Plano Estratégico Regional (2011-2015)

O Plano Estratégico Regional (2011-2015) adotado em 2010 é uma ferramenta para a tomada de decisão e alocação de recursos. Permite uma melhor abordagem na resposta às forças externas, unindo atores chave na realização dos objetivos (Plano Estratégico Regional 2011-2015, p.4).

A sua missão é promover a cooperação e integração, conduzindo a uma união económica na África Ocidental em ordem a aumentar os padrões de vida da população e manter uma estabilidade e crescimento económico (Plano Estratégico Regional 2011-2015, p.6).

Assim, este Plano procura promover a boa governança, justiça e atualizar o Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos; promover o desenvolvimento de infraestruturas e um ambiente comercial competitivo; proporcionar um desenvolvimento sustentável e cooperação na região; aprofundar a integração socioeconómica e monetária; reforçar a capacidade institucional e os mecanismos de integração para um mercado global (Plano Estratégico 2011-2015, p. 16).

III. Estratégia Contra-Terrorismo da CEDEAO (ECT)

Adotada a 28 de fevereiro de 2013, em Yamoussoukro, Costa do Marfim, tem por base uma abordagem integrada, que elabora um conjunto abrangente de medidas a serem tomadas pelas várias agências nos Estados membros e fornece uma orientação política estratégica para a contenção e eliminação da ameaça terrorista para a Comunidade (ECT, s.d, par.11)

IV. Estratégia Marítima Integrada da CEDEAO (EMI)

Esta estratégia foi adotada a 29 de março de 2014, em Yamoussoukro, Costa do Marfim e baseia-se na colaboração inter-agência a nível nacional e deve reunir assuntos variados, como por exemplo, políticos, legais, segurança, defesa regional, aplicação da lei, administração marítima e autoridade portuária, alerta/observação (EMI, s.d, par.11).

É uma ferramenta de cooperação a nível nacional, bilateral e multilateral, que envolve todos os atores que lidam com diferentes questões setoriais do domínio marítimo, nomeadamente, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Organização Marítima para a África Ocidental e Central (CEEAC), a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), entre outros (EMI, s.d., par. 13).

V. A Unidade de Drogas da CEDEAO (UDC)

Como esforço para conter a crescente onda de tráfico de drogas, abuso de drogas e crime organizado, a CEDEAO após uma série de consultas, elaborou um plano de ação regional para combater o crescente problema do tráfico de drogas (2008-2014), que foi reformulado em uma nova Ação de drogas em setembro de 2016. O plano foi validado e adotado em Abuja. (UDC, s.d, par.2)

O projeto intitulado “Apoio ao Plano de Ação Regional da CEDEAO sobre o Tráfico Ilícito de Drogas”, relacionado com o Crime Organizado e o Abuso de Drogas na África Ocidental é financiado pela União Europeia (UE) ao abrigo do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (10ºFED). (UDC, s.d, par. 1).

O objetivo do projeto é contribuir para uma redução do abuso de drogas, crime organizado e tráfico de drogas, capacitar os Estados membros a implementar componentes nacionais para contribuir para uma resposta regional coordenada e eficaz. (UDC, s.d. par.3).

Parceria para o Desenvolvimento

São parceiros de desenvolvimento da CEDEAO a Alemanha, Venezuela, França, Brasil, Índia, China e organizações como a União Africana, a União Europeia, a União Económica e Monetária do Oeste Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento, Organização Internacional da Francofonia.¹⁵

A sua parceria com a União Africana levou a adoção da Agenda Continental 2063, em janeiro de 2015, na Etiópia. Os Chefes de Estado e Governo da União Africana adotaram esta agenda cuja visão e ideais servem como pilares para o continente no futuro previsível, que serão traduzidos em objetivos concretos, marcos, metas, ações e medidas¹⁶.

As aspirações para África no âmbito da Agenda 2063 são as seguintes:

1. Uma África próspera, baseada no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável;
2. Um continente integrado, politicamente unido com base nos ideais do Pan-africanismo e na visão de renascimento de África;
3. Uma África de boa governação, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e o Estado de direito;
4. Uma África pacífica e segura;
5. Uma África com uma forte identidade cultural, herança, valor e ética;
6. Uma África onde o desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando especialmente no potencial da mulher e da juventude e nos cuidados à criança;

¹⁵Parceiros de desenvolvimento. (s.d).Disponível em <http://www.edup.ecowas.int/ressources/parceiros/>

¹⁶ONU.GlobalIssues-Africa. Disponível em <http://www.un.org/en/sections/issues-depth/africa/>

7. África como um ator forte e influente e parceiro a nível mundial.

A aspiração prevista no ponto 6, - uma África onde o desenvolvimento seja orientado especialmente para o potencial da mulher e da juventude -, tem por objetivo eliminar todos os obstáculos relacionados com a posse e herança de propriedades ou negócios por mulheres, a assinatura de contratos ou gestão de uma conta bancária até 2063. Garantir o acesso de mulheres ao controlo de ativos produtivos, reduzir em um terço todas as formas de violência contra a mulher, terminar todas as práticas tradicionais nocivas e acabar com o casamento infantil até 2063.

2.3.A cooperação com a ONU para o Desenvolvimento Sustentável

Como referido no primeiro capítulo, a ONU é uma organização que favorece a cooperação internacional nos mais variados campos, centrando-se no bem-estar das pessoas. Através das suas capacidades únicas, a ONU exerce um papel fundamental na coordenação de todo o tipo de assistência para ajudar África. A ONU está presente por todo o território apoiando o desenvolvimento sustentável, defendendo os direitos humanos, promovendo a igualdade de género, trabalhado em conjunto com os órgãos e mecanismos regionais.

Para apoiar de forma mais eficaz o continente africano, em 2003 foi estabelecido o Escritório das Nações Unidas do Assessor Especial para África, com o intuito de reforçar o apoio internacional para o desenvolvimento africano, a segurança e facilitar decisões globais sobre África, principalmente no que diz respeito à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), adotado pelos líderes africanos em 2001¹⁷.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi fundado em 1965 pela ONU e opera em cerca de 170 países, ajudando a alcançar a erradicação da pobreza e reduzir as desigualdades e a exclusão (PNUD, s.d, par.1).

A ajuda consiste em auxiliar os países a desenvolver políticas, fortalecer a capacidade de liderança e parceria, avançando para a agenda global de desenvolvimento sustentável. O PNUD trabalha para encorajar novas estruturas de desenvolvimento, reduzir o risco de desastres e mudança climática e apoia os países para atingir os objetivos de

¹⁷Disponível em <http://nacoesunidas.org/acao/africa/>

desenvolvimento sustentável que orientam as prioridades de desenvolvimento global até 2030.

O PNUD está ligado ao Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (GDNU), que une os fundos, programas, agências especializadas, departamentos e escritórios do sistema da ONU que desempenha um papel no desenvolvimento. O GDNU é o principal mecanismo de coordenação interna do Sistema de Desenvolvimento da ONU (SDNU) a nível global. (PNUD, s.d, par. 6).

A elaboração do Plano Estratégico 2018-2021¹⁸ definiu a direção para um novo PNUD. Criado para ajudar os países a alcançar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (PNUD, s.d, par.10). Esta nova estrutura integrada de resultados e recursos mostra claramente a alocação de recursos e resultados alcançados, permitindo que as partes interessadas possam controlar facilmente o desempenho.

A Comissão Económica das Nações Unidas para África, foi estabelecida pelo Conselho Económico e Social da ONU em 1958 como uma das cinco comissões regionais da ONU e seu objetivo é promover o desenvolvimento social e económico, fomentar a integração inter-regional e promover a cooperação internacional para o desenvolvimento de África (UNECA, s.d, par.1).

Desempenha um duplo papel como braço regional da ONU e como componente chave do panorama institucional africano, estando bem posicionada para enfrentar os desafios de desenvolvimento do continente (UNECA, s.d, par.2).

A sua força deriva do seu papel como a única agência da ONU com mandato para operar nos níveis regional e sub-regional para aproveitar recursos e trazê-los para as prioridades de África e para aumentar o seu impacto, coloca um foco especial na recolha de estatísticas regionais atualizadas e originais, a fim de fundamentar sua pesquisa e defesa de políticas em evidências objetivas e claras, para promover o consenso político, fornecer o desenvolvimento de capacidades e prestação de serviços de consultoria em áreas temáticas chave. (UNECA, s.d, par.3)

¹⁸Adotado em novembro de 2017 objetivo é ajudar os países a alcançar o desenvolvimento sustentável, erradicar a pobreza em todas as formas e dimensões, acelerar as transformações estruturais para o desenvolvimento sustentável. Disponível em <http://undocs.or/DP/2017/38>

Todos estes programas e agências da ONU nasceram de um longo historial de iniciativas direcionadas para o desenvolvimento de África, onde o tempo, a experiência e os acontecimentos de natureza múltipla, originaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e posteriormente a Agenda 2030 da ONU.

Capítulo III. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e a Igualdade de Género

3.1. A Igualdade de Género nos países da CEDEAO antes da Agenda 2030

O Relatório MDG 2015, *Lessons learned in implementing the MDGS, Assessing Progress in Africa toward the Millennium Development Goals*, elaborado pelo UNECA em parceria com a União Africana, o Grupo Banco de Desenvolvimento Africano e o PNUD conclui que:

Embora sejam necessários mais esforços, a revisão detalhada dos oito objetivos destacou que África alcançou grandes progressos e está no caminho certo. (p.79)

Os países e as organizações precisam continuar os esforços e compromissos para uma comunicação eficaz sobre o progresso registado em atingir as metas acordadas;

Os países e os seus parceiros de desenvolvimento precisam adotar uma abordagem integrada para o desenvolvimento e colocar ênfase na raiz das causas e não nos “sintomas” de subdesenvolvimento. (p.80)

A fragilidade dos sistemas de saúde demonstra que os esforços na luta conta o HIV, malária e tuberculose não contribuíram o suficiente para o estabelecimento de sistemas de saúde mais fortes, comprometendo o progresso;

Os países precisam explorar oportunidades de criação de empregos a fim de aumentar a produtividade do trabalho, fornecendo subsídios de emprego a empresas dispostas a contratar desempregados e jovens com qualificações relevantes. É preciso fornecer incentivos fiscais para os

empregadores capazes de criar e salvaguardar os empregos. Um foco na agricultura poderia ser uma estratégia de recuperação;

Para alcançar o crescimento inclusivo e sustentado, os países precisam transformar estruturalmente suas economias, investindo nas pessoas, promovendo o desenvolvimento rural, aumentar a produtividade agrícola, dando prioridade à proteção social, acesso à energia, mercados e apoiar pequenas e médias empresas;

É necessários reforçar os esforços no desenvolvimento social em África para aumentar a sua capacidade produtiva e gerar riqueza necessária para trazer prosperidade a todos. Na área da educação, os países precisam se concentrar na qualidade juntamente com a melhoria do acesso à educação e a formação profissional deve ser promovida. (p.81)

Os países precisam dar mais atenção ao acesso à energia, água potável e saneamento. (p.82)

A fim de melhorar as perspetivas de desenvolvimento socioeconómico, os países africanos devem dedicar todos os esforços à preservação do seu património natural. (p.83)

O empoderamento das mulheres é fundamental para a realização de muitos outros objetivos de desenvolvimento social, nomeadamente nas áreas de pobreza, desigualdade, fome, emprego, educação e saúde. É preciso adotar medidas para remover os impedimentos estruturais e culturais que limitam o acesso a oportunidades económicas e sociais das mulheres. (p.82)

Em 11 países africanos, as mulheres ocupam quase um terço dos assentos no parlamento. O Ruanda, por exemplo, tem a maior percentagem de mulheres deputadas do mundo. A África Subsaariana, com quase um terço, tem a maior taxa regional de atividade empresarial feminina do mundo¹⁹.

¹⁹ONU.Global Issues - Africa. Disponível em <http://www.un.org/en/sections/issues-depth/africa/>

Na Declaração sobre Igualdade de Género em África 2004 da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos podemos verificar que os Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da União Africana, incluindo os países da CEDEAO:

Estão conscientes que as mulheres são amplamente excluídas dos processos de prevenção de conflitos, negociação e construção de paz. (par.9)

Têm conhecimento do impacto adverso da desigualdade de género sobre o crescimento económico de África e o facto de as mulheres suportarem uma carga desproporcional de pobreza. (par.10)

Estão conscientes que a alfabetização das mulheres e meninas é amplamente benéfico para as sociedades. (par. 12)

Sabem da existência de grandes disparidades entre homens e mulheres no acesso a emprego e remuneração. (par. 13)

Têm conhecimento que a sub-representação das mulheres nas estruturas de tomada de decisão aumenta a pobreza e reflete a imaturidade do processo democrático. (par. 14)

Estão preocupados com o fato de a religião e a cultura serem usados erroneamente como justificação para a discriminação das mulheres. (par. 15)

Analisando os resultados indicados no quadro 1²⁰, tendo em atenção os pontos frisados no relatório MDG 2015 mencionados no parágrafo anterior e verificando alguns pontos da Declaração sobre Igualdade de Género em África, compreendemos que houve progresso. Contudo, a situação da igualdade de género permanece um assunto inacabado.

Na África Ocidental o respeito aos direitos fundamentais de mulheres e meninas continua a ser uma preocupação séria (Wanjiru, 2017, par.1).

²⁰ Ver Anexo II. Quadro 1. Desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio de África.

Wanjiru (2017) dá-nos alguns exemplos da situação dos direitos das mulheres e meninas na África Ocidental:

No que diz respeito ao casamento infantil, 7 países da África Ocidental estão entre os 20 principais países do mundo com as taxas mais altas de casamento infantil. No Níger, três em cada quatro raparigas casam antes dos seus 18 anos, contribuindo para o facto de o Níger ter a maior taxa de fertilidade do mundo (7 crianças por mulher em idade fértil). A Nigéria está entre os 20 principais países com o maior número absoluto de casamentos infantis, com 1,2 milhões de meninas casadas. Ao privar as meninas da oportunidade de desenvolver o seu potencial, a região está a perder uma enorme quantidade de capital humano. (par.2)

A Mutilação ou Corte genital feminino continua a ser uma prática generalizada na África Ocidental, embora a sua prevalência varie consideravelmente de um país para o outro – variando entre 2% no Níger a 97% na Guiné. Muitas iniciativas estão a trabalhar contra esta prática e alguns países aprovaram leis para proibir formalmente a circuncisão feminina (Guiné, Guiné-Bissau). No entanto, a aplicação da lei tem dificuldade em reprimir essas tradições e mentalidades profundamente enraizadas. (par. 3)

Em relação a lacunas educacionais, grandes avanços foram feitos para levar mais meninas à escola, mas quando se trata de avaliar os resultados educacionais, os resultados são menos impressionantes. A taxa líquida de frequência escolar de raparigas de 2011 a 2014 foi de cerca de 50% para os países com pior desempenho, como o Chade, Mali e Níger. Estes países também têm as menores taxas de alfabetização para meninas (15% no Níger e 34% no Mali – muito abaixo da média da África subsariana em 2015, de 69%). As barreiras mais persistentes à educação das meninas são: o casamento precoce e maternidade precoce, as práticas tradicionais de reclusão, o favorecimento dos meninos quando se trata do investimento familiar na educação e na divisão de género do trabalho doméstico. (par.4)

Na esfera política, as mulheres na África Ocidental permanecem em grande parte sub-representadas e ocupam apenas 421 assentos nos parlamentos da África Ocidental, representando 16,1% de todos os legisladores. (OCDE, s.d, par.2)

No compromisso de possibilitar um desenvolvimento equilibrado entre o crescimento económico, equidade social e proteção do ambiente, a CEDEAO assume um papel de

propulsor, orientador e elemento transformador a nível regional, sendo o elo de ligação entre os princípios (normas, ideias e objetivos internacionais adotados) e a execução dos mesmos na região. Em virtude da sua forte intervenção no continente africano, a ONU torna-se um parceiro chave para a CEDEAO. A CEDEAO tem que continuar a estimular, a promover, a incentivar e a implementar mais ações para efetivar os objetivos de desenvolvimento.

A Agenda 2030 concede um papel relevante às organizações internacionais regionais, destacando a importância do seu desempenho e enfatiza que a igualdade de género e o empoderamento das mulheres é elementar para os países alcançarem melhores resultados de desenvolvimento humano.

Alcançar a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas é um passo para a realização da Agenda 2030. É crucial que as mulheres e meninas africanas possam ter igual oportunidade a todos os níveis, assim como é preciso que haja respeito pelos seus direitos.

A CEDEAO deve concentrar seus esforços na proteção e promoção dos direitos das mulheres e meninas, pois elas constituem mais de 50% da população da região (CEDEAO, s.d, par.8). A organização desempenha um papel importante no desenvolvimento de quadros jurídicos políticos e criação de planos de ação efetivos para apoiar e melhorar o avanço da igualdade de género. A CEDEAO está entre as principais instituições que podem contribuir para a consecução da igualdade de género e empoderamento de mulheres e meninas.

Garantir os direitos das mulheres na África Ocidental continua a ser um desafio. Persistem barreiras no acesso à educação, a serviços de saúde, o acesso ao mercado de trabalho ainda é problemático, a violência doméstica e práticas tradicionais nocivas mantêm-se, a falta de representação, continuam a persistir normas discriminatórias que impedem as mulheres beneficiar igualmente das oportunidades de desenvolvimento e crescimento económico.

É preciso mais esforço se os países africanos pretendem alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, daí a Agenda 2030 suceder os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, dando assim a oportunidade de “não deixar ninguém para trás.”

Ainda há muito por fazer para garantir que as mulheres e crianças tenham uma vida saudável, educação e plena inclusão social (Robinson, 2015, par.2). A igualdade de género é fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois os direitos humanos das mulheres e meninas são a chave do desenvolvimento sustentável

3.2. Ações da CEDEAO para a igualdade de género

O Programa de Desenvolvimento de Género

O programa de Desenvolvimento de Género é um programa que tem como propósito promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres na região da CEDEAO. Os seus objetivos são os seguintes (CEDEAO, s.d):

- I. Promover a igualdade de género;
- II. Apoiar o empoderamento das mulheres e promover programas para lidar com os desequilíbrios de género;
- III. Proporcionar a integração de uma perspetiva de género no trabalho da CEDEAO a nível organizacional e a nível dos Estados membros;
- IV. Apoiar inovações técnicas e sociais que contribuam para o empoderamento das mulheres e melhoria da qualidade de vida das mulheres e homens da CEDEAO;
- V. Apoiar e promover os direitos humanos de mulheres e meninas;
- VI. Fomentar o diálogo construtivo entre mulheres e homens da região. (par.7)

As realizações do programa incluem uma série de planos, tais como o Plano de Ação de Género e Migração da CEDEAO 2015 e o Plano de Ação para o Género e o Comércio da CEDEAO 2015 e atua em parceria com outras agências relevantes para o apoio técnico e financeiro da integração de género em todos os domínios.

Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO

É importante referir o Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO que foi criado durante a 26ª Sessão da Autoridade de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, realizada

em Dakar em 2003 pela Decisão A/DEC. 16/01.03 (EGDC²¹, s.d., par.1). Este centro realiza atividades nas seguintes áreas:

- a) Capacitação institucional e organizacional – o Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO empenha-se a criar um ambiente institucional propício à integração de género nos processos de integração e desenvolvimento regional, desenvolvendo as capacidades de todos os atores (mecanismos governamentais, sociedade civil, setor privado, agências descentralizadas, instituições nacionais e parceiros de desenvolvimento);
- b) Igualdade de acesso das mulheres e dos homens aos serviços sociais básicos – em colaboração com os Estados membros o Centro trabalha para garantir que mulheres e homens tenham acesso igual aos serviços sociais básicos, cuidando para que as necessidades específicas, prioridades e restrições das mulheres sejam efetivamente levadas em consideração em todos os programas sociais, particularmente nas áreas de educação e saúde;
- c) Empoderamento económico – as intervenções nesta área estão voltadas para garantir o acesso igualitário das mulheres a recursos e oportunidades económicas através da promoção do acesso das mulheres aos recursos, fortalecimento de suas capacidades económicas e melhorar a visibilidade de sua contribuição para a economia regional;
- d) Direitos humanos, prevenção e resolução de conflitos, governação, paz e segurança – o Centro contribui para a eliminação de todas as formas de discriminação específica de género e o respeito aos direitos fundamentais das populações, incluindo os de meninas e mulheres jovens, promovendo o acesso das mulheres aos órgãos de tomada de decisão, fortalecendo sua posição dentro desses órgãos e defendendo seu envolvimento na gestão de conflitos, bem como nos processos de construção de paz. (par. 2-5)

Desde a sua criação, o Centro de Desenvolvimento de Género tem apoiado uma série de iniciativas e ações para promover a igualdade de género.

²¹Sigla em Inglês

O desenvolvimento de ferramentas de treino para transferir conhecimento e construir habilidades sobre género e desenvolvimento incluindo Manual de Treino de Género (1ª e 2ª edições), Manual de Treino sobre Género, Paz e Segurança em colaboração com o Centro Internacional de Treino para Manutenção da Paz Kofi Annan, WIPSEN África e Cooperação Técnica Alemã;

A realização de vários *workshops* pela região para construir a capacidade de análise de género e promover a integração de género;

Programa de desenvolvimento nas áreas da saúde, educação, empoderamento económico e apoio técnico voltado para as mulheres;

Realização de estudos regulares sobre questões relacionadas com género;

Serviços de defesa em colaboração com parceiros procurando defender a implementação efetiva de compromissos e mecanismos existentes para garantir a igualdade de género na região. (par. 6-12)

Ao fomentar o desenvolvimento sustentável e a promoção da igualdade de género da região através de programas, projetos, planos e estratégias, a CEDEAO tem mostrado uma grande disposição para a democracia, maior eficiência no tratamento, prevenção e resolução de conflitos e crises e existe uma vontade em harmonizar as políticas (nacionais e comunitárias) rumo ao objetivo comum de atingir um desenvolvimento económico e social sustentável, que irá beneficiar toda a população incluindo mulheres e meninas. A igualdade de género assume “o papel” de objetivo a ser alcançado e caminho para alcançar outros fins. O desenvolvimento sustentável está inevitavelmente ligado à igualdade de género.

O reconhecimento do insucesso das ações e esforços do governo e dos seus agentes no passado, fez a CEDEAO apreender que a melhor forma de se atingir um desenvolvimento forte e eficaz, é trabalhar em conjunto (população, governos, entidades públicas e privadas).

A CEDEAO tem demonstrado que se esforça para adotar programas que cubram todas as áreas, apesar dos vários desafios e obstáculos que enfrenta. Revela um interesse na cooperação, assim como no envolvimento da população na construção de uma África Ocidental mais forte.

Assim sendo, a CEDEAO procura fortalecer a paz, a democracia e a estabilidade da região. A organização junto com a sociedade civil dos países membros, desempenham um papel ativo na organização e implementação de projetos para a defesa de questões críticas como a igualdade de género.

Estratégia de género – Parlamento da CEDEAO 2010-2020

A Estratégia de género do Parlamento da CEDEAO foi elaborada a em conjunto com o Canadian International Development Agency em 2010. No entanto, só em 2012 se realizou uma sessão com o tema “Validação da Estratégia de Género do Parlamento da CEDEAO”, a fim de se atualizar o projeto que até então não tinha passado pelo plenário devido a certas restrições (Ceesay, 2012, par.3).

Na sua abordagem e intervenções, a Estratégia de Género 2010-2020 realça que:

A questão de género é crítica e esta estratégia visa garantir que todos os países membros assinem todos os instrumentos internacionais e regionais necessários e relevantes para a promoção da igualdade de género. Estes instrumentos não devem permanecer nas prateleiras, mas devem ser implementadas. (p. 23)

Quadro Estratégico de Género e Eleições da CEDEAO e Plano de Ação 2017-20201

O Quadro Estratégico foi adotado em junho de 2017 pelos Chefes de Estado e Governo da CEDEAO com o objetivo de servir como ferramenta para mobilizar o apoio de todas as partes interessadas para melhorar a participação política e representação das mulheres na África Ocidental.

O Quadro fornece uma visão geral da participação política e situação de representação entre as mulheres da região, fornecendo uma estrutura conceitual de género no ciclo eleitoral, as barreiras que as mulheres enfrentam no processo eleitoral como candidatas, eleitoras, administradoras nas eleições e observadoras e fornece uma lista de atividades para o

período de cinco anos (Quadro Estratégico de Género e Eleições da CEDEAO e Plano de Ação 2017-2021, p.1).

Plano de Ação da CEDEAO sobre género e comércio 2015-2020

O propósito deste Plano de Ação é contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da África Ocidental incorporando a perspetiva de género nas políticas comerciais.

As ações prioritárias relativas a políticas e regulamentos comerciais são as seguintes (Plano de Ação da CEDEAO sobre género e comércio 2015-2020):

- O empoderamento das mulheres para aumentar a competitividade nas exportações,
- Incorporar o género nas políticas comerciais e em todos os processos de negociação comercial,
- Formar as mulheres comerciantes a respeito dos seus direitos, dos processos alfandegários e negociações comerciais. (p.10)

Quadro e Plano de Ação de Género e Migração da CEDEAO 2015-2020

O principal objetivo deste Plano é incentivar o processo de migração regular e seguro para homens e mulheres a fim de lhes permitir contribuir de forma mais eficaz para o desenvolvimento socioeconómico da região. Este Quadro procura:

- i) Disponibilizar dados relevantes sobre género e migração na região da CEDEAO,
- ii) Esclarecer, sensibilizar e comunicar com os cidadãos da África Ocidental sobre questões relacionadas com género e migração,
- iii) Capacitar na melhoria da capacidade dos intervenientes estatais e não estatais,
- iv) Assegurar que mulheres e crianças na região estejam a salvo do tráfico de seres humanos,
- v) Criar mecanismos para abordar as necessidades das mulheres migrantes em situações de conflito. (p. 12-13)

Plano de Ação Regional para combater a Fístula Obstétrica na África Ocidental 2015

O Plano de Ação Regional para combater a Fístula Obstétrica 2015 indica que:

A principal causa de Fístula Obstétrica na África Ocidental é o parto prolongado que ultrapassa as 12 horas;

Na África Ocidental a doença é pouco conhecida por muitos profissionais de saúde e existe escassez de pessoal de saúde qualificado para a gestão da doença;

Por isso é necessário reforçar as capacidades nacionais, em particular para a prevenção, diagnóstico de casos, tratamento e reabilitação social das mulheres afetadas;

A resposta regional à questão da fístula obstétrica é realizada com base em quatro áreas estratégicas, incluindo três áreas principais relacionadas com prevenção, apoio às vítimas de violência doméstica e reinserção socioeconómica das mulheres afetadas, com o envolvimento dos atores e beneficiários. O quarto aspeto é definido para a coordenação, monitorização e avaliação das atividades voltadas para o controlo da fístula obstétrica;

A implementação das atividades é realizada por meio de três setores prioritários: setor da saúde, setor de género e o setor de assistência social. (p.4)

3.3. Direito da CEDEAO referente à igualdade de género

O artigo 63º do tratado revisto da CEDEAO sobre mulheres e desenvolvimento

1.Os Estados membros comprometem-se a formular, harmonizar, coordenar e estabelecer políticas e mecanismos apropriados para o aprimoramento das condições económicas, sociais e culturais das mulheres.

2.Para esse fim, os Estados membros tomarão todas as medidas necessárias para: identificar e avaliar todas as restrições que inibem as mulheres de maximizar a sua contribuição para os esforços de desenvolvimento regional e fornecer uma estrutura dentro da qual as

restrições serão abordadas e para a incorporação de preocupações e necessidades das mulheres nas operações normais da sociedade.

3.A nível comunitário, os Estados membros estimulam o diálogo entre si sobre os tipos de projetos e programas destinados a integrar as mulheres no processo de desenvolvimento, estabelecem mecanismos de cooperação com organizações bilaterais, multilaterais e não-governamentais e promovem e desenvolvem mecanismos para incentivar o intercâmbio de experiências e informações entre os Estados membros. (p.38-39)

O Ato Complementar relativo à Igualdade de Direitos entre homens e mulheres para o Desenvolvimento Sustentável na região da CEDEAO 2015

O Artigo 4º (2) indica que todos os Estados membros devem garantir o aumento da participação da mulher no processo de diálogo público.

O Artigo 5º (1) diz que os Estados membros devem implementar legislação que elimine toda a prática que negativamente tem impacto nos direitos humanos, particularmente nas mulheres, meninas e meninos. O ponto (2) menciona que os Estados membros devem apoiar o empoderamento económico das mulheres.

O Artigo 6º refere que os Estados membros devem garantir a equidade e não discriminação no tratamento de mulheres em questões de acesso à justiça.

No artigo 10º (1) é enunciado que os Estados membros devem adotar políticas e leis para garantir o desenvolvimento e proteção de todas as crianças, por eliminar todas as formas de discriminação contra as crianças, principalmente meninas, garantir que têm acesso à educação e cuidados de saúde. O artigo 13 expõe que os Estados da CEDEAO devem alocar fundos para a educação de meninas

O artigo 29º declara que os Estados membros devem providenciar programas e políticas de saúde para mulheres que sejam adequadas, acessíveis e sensíveis à saúde feminina.

O artigo 30º foca a questão da saúde sexual e reprodutiva, indicando que os países membros devem garantir medidas apropriadas para proteger e apoiar as mulheres que condições de saúde ligadas à saúde reprodutiva.

Ao nível do direito internacional, a CEDEAO apoia-se nos seguintes instrumentos:

Declaração Universal dos Direitos humanos de 1948:

Todo o ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição

Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979. O artigo 2º estabelece:

Os Estados Partes condenam a discriminação contra as mulheres sob todas as suas formas, acordam em prosseguir, por todos os meios apropriados e sem demora, uma política tendente a eliminar a discriminação contra as mulheres.

Plataforma de Ação de Pequim de 1995, os Estados reafirmam o compromisso relativo a:

Assegurar a plena implementação dos direitos humanos das mulheres e das meninas como parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. (3 par.)

Declaração do Milénio adotada em 2000, onde ficou assente o compromisso para terminar com a pobreza, as desigualdades e promover um desenvolvimento inclusivo:

*Consideramos que determinados valores fundamentais são essenciais (...)
Entre eles: A igualdade. A igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser garantida. (p.3)*

- Política de Género da União Africana que engloba decisões e declarações da Assembleia e outros compromissos globais sobre o género e o empoderamento das mulheres. O principal objetivo é assegurar o empoderamento económico e desenvolvimento sustentável, a justiça social, o direito das mulheres.

- Declaração Solene sobre a Igualdade de Género em África de 2004, adotada na terceira sessão ordinária da Assembleia da União Africana em Adis Abeba na Etiópia. A Declaração reafirmou o compromisso com o princípio da igualdade de género, tal como consagrado no Artigo 4º do Ato Constitutivo da União Africana (DSIG, 2004, p.1)

3.4. Ações da CEDEAO após a adoção da Agenda 2030

Como visto ao longo deste trabalho, a situação da igualdade de género e dos direitos das mulheres nos países da CEDEAO, apresentou alguns progressos com os ODM. Contudo, a desigualdade de género permanece, os direitos das mulheres e meninas continuam a ser desrespeitados. Portanto, antes da adoção da Agenda 2030, no final de 2015 e início de 2016, a igualdade de género e empoderamento das mulheres e meninas continuava a ser um assunto inacabado e a Agenda 2030 assumiu o papel de dar continuidade ao trabalho iniciado com os ODM.

Desde o início da implementação da Agenda 2030 a CEDEAO tem promovido uma série de conferências, reuniões e ações para reforçar e acelerar a implementação da igualdade de género nos mais variados domínios.

Em março de 2017, os ministros dos Assuntos de Género e Mulheres dos Estados membros reuniram-se em Dakar para a 61ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CEDEAO, 2017, par.1). Nesta sessão foram apresentados aspetos relacionados com o empoderamento económico das mulheres de modo a obter o compromisso dos Estados membros para se lançar as bases para um crescimento económico inclusivo.

A Organização de Mulheres na África Ocidental para a integração dos povos da África Ocidental reuniu-se em abril de 2017 para a Assembleia Geral da Rede de Paz e Segurança da Mulher na região da CEDEAO em Abidjan, Costa do Marfim. Nesta reunião abordaram-se as questões de paz e segurança na África Ocidental e o papel da mulher na prevenção de conflitos a nível regional, manutenção de paz e reconstrução pós-conflito, promoção dos direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres.

Em julho de 2017, os principais intervenientes na transformação de produtos agrícolas, da pesca e artesanais dos países da CEDEAO reuniram-se em Benim para verificar e avaliar os

resultados do Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO, através do seu programa de apoio às mulheres envolvidas no processamento de produtos agrícolas, de pesca e artesanais.

O Centro de Desenvolvimento do Género da CEDEAO lançou em Fevereiro de 2017 um apelo para uma mobilização regional contra a Mutilação Genital Feminina, que constitui um abuso dos direitos fundamentais das mulheres e meninas da região. Este apelo foi ao encontro da adoção do Quadro Estratégico para o Fortalecimento dos Sistemas Nacionais de Proteção da Criança, pelos Ministros responsáveis pelo Género e Proteção da Criança da CEDEAO e o Ministério da Educação.

Em março de 2018, a CEDEAO através do seu Departamento de Negócios Social e Género organizou uma reunião com o intuito de prepara recomendações e relatórios sobre como promover os direitos económicos, políticos, sociais, cívicos e educacionais das mulheres.

No mesmo mês realizou-se a 62ª sessão da Comissão sobre o Estado das Mulheres na sede da ONU em Nova Iorque, os Ministros de Género e da Mulher da CEDEAO incentivaram a Comissão da CEDEAO a continuar os seus esforços para favorecer a igualdade de género e capacitar as mulheres e meninas que vivem nos meios rurais.

Em abril de 2018, na Conferência sobre as Mulheres, Violência e Extremismo na África Ocidental, a CEDEAO comprometeu-se a melhorar o envolvimento das mulheres nas iniciativas de prevenção ao extremismo violento e terrorismo na região da África Ocidental.

Também em abril foi realizado um *workshop* nacional para partilhar a Lei Adicional sobre Igualdade de Direitos entre Mulheres e Homens para o Desenvolvimento Sustentável na região da CEDEAO. Organizado pelo Ministério da Família, Mulheres e Género da República do Senegal e com o apoio do Centro de Desenvolvimento do Género da CEDEAO, esta reunião permitiu que as partes interessadas tivessem conhecimento desta Lei, bem como da importância da sua implementação. Também foi realçado neste *workshop* que apesar das iniciativas regionais, a nível dos Estados membros ainda existem desigualdades que contradizem os compromissos internacionais e regionais assinados e ratificados pelos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO.

Em maio de 2018, a CEDEAO lançou o projeto “Plataforma 50 Milhões de Mulheres falam para a Promoção do Empoderamento da Mulheres através do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação”. Este *workshop* serviu para familiarizar os participantes com os mecanismos de implementação e metodologia para recolha de dados e o seu papel na implementação da igualdade de género

3.5. Análise dos indicadores

5.1.Objetivo: Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda a parte.

Indicador: Existem ou não estruturas legais para promover, acompanhar e fazer cumprir a igualdade e a não discriminação com base no sexo

Tabela 1. Legislação da CEDEAO

CEDEAO-LEGISLAÇÃO
Tratado revisto da CEDEAO, o Art.5º (1) e 6 do Ato Complementar de 2015, o Art.2 DUDH, o Art.2º da CETFDM, a Plataforma de Pequim e o Art.4º do Ato Constitutivo da UA

Para garantir a não discriminação com base no sexo a CEDEAO apoia-se na legislação da Comunidade e no direito internacional. Contudo não dispõe de nenhuma legislação que “pressione” os Estados membros a cumprir com a não discriminação com base no sexo ou a reforçar a implementação da igualdade de género.

Tabela 2. Legislação dos Estados membros

PAÍS	LEGISLAÇÃO
BENIM	Arts.26º e 8º da Constituição
BURKINA FASO	Art.1º da Constituição
CABO VERDE	Arts.24º, 84º e 88º (2) da Constituição
COSTA DO MARFIM	Art.4º da Constituição
GÂMBIA	Arts.33º, 33º (4), 28º e 33º (1) da Constituição

GANA	Art.17º (2) da Constituição
GUNÉ	Art.8º da Constituição
GUINÉ-BISSAU	Arts.24º e 25º da Constituição
LIBÉRIA	Arts.118º (b) e 11(c) da Constituição
MALI	Art.2º da Constituição
NIGÉRIA	Art.15º da Constituição
SENEGAL	Arts.1º e 5º da Constituição
SERRA LEOA	Arts. 6º(2) e 27º da Constituição
TOGO	Arts. 1º,2º e 11º da Constituição da IV República
Fonte: World Bank Women, Business and the Law.2018	

A legislação é referente à Constituição de cada Estado membro. A legislação foi aprovada nos períodos de 1990 a 2010, portanto depois dos países pertencerem à CEDEAO.

Para alguns Estados, nomeadamente Benim, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria e Togo, a Constituição não dispõe da cláusula de não discriminação. O Senegal a cláusula de não discriminação não contém o género.

5.6. Objetivo: Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências.

Indicador: O número de países da CEDEAO com leis e regulamentos que garantam às mulheres o acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva, o acesso à informação e educação

Tabela 3

PAÍS	LEGISLAÇÃO
BENIM	Art.8º da Constituição
BURKINA FASO	Art.18º da Constituição
CABO VERDE	Arts.71º e 78º da Constituição
COSTA DO MARFIM	Art.9º da Constituição

GÂMBIA	Art.30º da Constituição; Sec.26, 29 e 30 do Ato das Mulheres 2010
GANÁ	Arts.24º e 25 da Constituição – direito à educação e saúde
GUINÉ	Arts. 7º e 15º da Constituição - direito à saúde e informação
GUINÉ-BISSAU	Arts. 34º e 49º da Constituição – direito à educação e informação
LIBÉRIA	Art.15º da Constituição – direito à informação
MALI	Art. 17º da Constituição
NÍGER	Art.12º da Constituição – direito à saúde e educação
NIGÉRIA	Art.17º (3) ©(d) e 18 da Constituição – direito à saúde e educação
SENEGAL	Art.8º da Constituição
SERRA LEOA	Sem informação
TOGO	Sem informação
Fonte: World Bank Women, Business and the Law.2018	

Muitos dos países da CEDEAO na sua legislação não mencionam a saúde sexual e reprodutiva. Apenas mencionam saúde em geral e no que toca à educação também não é específico. O Burkina Faso na sua Constituição menciona a proteção da maternidade e da infância. A Serra Leoa e o Togo não foram possível identificar legislação neste sentido. Em grande parte dos países a legislação não é clara.

5.a) Objetivo: Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

Indicador: O número de países da CEDEAO que garantam às mulheres o acesso legal à propriedade, direitos de terras agrícolas.

Tabela 4

PAÍS	LEGISLAÇÃO
BENIM	Art.22º e 26º da Constituição, Art.14 do Código <i>Foncier et Domanial</i>
BURKINA FASO	Art.1º e 15º da Constituição, Art.331 do Código de Pessoas e Famílias
CABO VERDE	Art.24º e 69º (1) da Constituição, Art.1638 do Código Civil
COSTA DO MARFIM	Art.15º e 30º da Constituição, Art. 537º do Código Civil, Arts. 78º e 81º da Lei Relativa ao Casamento
GÂMBIA	Arts.º (2) e 41º-43º da Lei das Mulheres, Sec.11 do Ato das Mulheres
GANÁ	Arts.17º, 18º e 22º da Constituição
GUINÉ	Arts.13º e 8º da Constituição, Art.325 do Código Civil
GUINÉ-BISSAU	Art.12 (1), 24 e 25 da Constituição, Art.1678 do Código Civil
LIBÉRIA	Art.11º e 12º da Constituição, Lei da Propriedade-título 29, Art.22 e 23 da Constituição, Lei das Relações Domésticas-título 9
MALI	Art.2º e 13º da Constituição, Art.396 do Código de Pessoas e Famílias
NÍGER	Art.29º da Constituição
NIGÉRIA	Art.17º (2) e 43º da Constituição, Art.1º, 2º e

	5º do Ato da Propriedade das Mulheres
SENEGAL	Art.1º,8º,15º e 19º da Constituição, Art.380ºdo Código da Família
SERRA LEOA	Sec.15º, 21º e 27º da Constituição, Ato da Propriedade das Mulheres arts. 1º, 2º e 5º
TOGO	Arts. 2º e 27º da Constituição, Art.363º do Código de Pessoas e Famílias.
Fonte: World bank Women, Business and Law.2018	

Todos os países da CEDEAO dispõem de legislação que garante as mulheres o acesso legal a propriedade e direitos de terras agrícolas.

5.c) Objetivo: Adotar e fortalecer o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Indicador: O número de países da CEDEAO com sistemas para monitorar a igualdade de género e empoderamento das mulheres e alocar fundos públicos para esse fim.

Tabela 5

CEDEAO-Sistemas para monitorar a igualdade de género e alocar fundos	
Centro de Desenvolvimento de Género, Organização de Mulheres na África Ocidental, Departamento de Negócios Social e Género, Departamento dos Assuntos de Género e Mulheres.	
Benim	Sim. ²²
Burkina Faso	Sim ²³
Cabo Verde	Sim ²⁴
Costa do Marfim	Sim ²⁵

²² V. *Política Nacional para a promoção da Igualdade de Género no Benim* 2008. Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/94843/111460/F-2036080000/BEN-94843.pdf>

²³ V. *Documento Nacional de Política de Género* 2009. Disponível em <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/bkf146346.pdf>

²⁴ V. Plano Nacional de combate à violência baseada no género 2006. Disponível em <http://www.svri.org/sites/default/files/attachments/2016-07-20/capeverdeGBVNAP.pdf>

²⁵ V. *Stratégie Nationale de lutte contre les violences basés sur le genre* (2012). Disponível em http://stoprapenow.org/uploads/docs/CDI-Exec_summary_French.pdf

Gâmbia	Sim ²⁶
Gana	Sim ²⁷
Guiné	Sim ²⁸
Guiné-Bissau	Sim ²⁹
Libéria	Sim ³⁰
Mali	Sim ³¹
Níger	Sim ³²
Nigéria	Sim ³³
Senegal	Não
Serra Leoa	Sim ³⁴
Togo	Sim ³⁵

A CEDEAO dispõe de sistemas para monitorar a igualdade de género e alocar fundos para esse fim.

Todos os países com exceção do Senegal, apresentam sistemas para monitorar a igualdade de género.

²⁶ V. *National Gender Policy, Theme: Mainstreaming gender equality and women's empowerment into Ghana's development efforts* (2015). Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELETRONIC/103987/126660/F-515436150/GHA103987.pdf>

²⁷ V. *Politique Nationale Genre de la Guinée* (2011). Disponível em <http://www.undp.org/content/dam/guinea/docs/whatwedo/women-empowerment/politique-nationale-genre-2011.pdf>

²⁸ V. *Plano de Ação Nacional para a implementação da Resolução 1325*. (2014). Disponível em http://www.peacewomen.org/assets/file/NationalActionPlans/guineabissau_nationalactionplan_2010.pdf

²⁹ V. *The Liberia National Gender Policy* (2009). Disponível em http://www.africanchildforum.org/crl/policypercountry/liberia/liberia_gender_2009_en.pdf

³⁰ V. *Politique nationale genre du Mali* (2011). Disponível em http://www.passip.org/passip_intranet/pdf-intranet/Politique/9-41 Politique Nationale Genre_2011.pdf

³¹ V. *Politique Nationale genre 2008-2018 Niger*. Disponível em <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ner144902>

³² V. *National Gender Policy Strategic Framework –implementation plan 2008-2013*. Disponível em <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/nig151427.pdf>

³³ V. *National Gender Policy Strategic Framework –implementation plan 2008-2013*. Disponível em <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/nig151427.pdf>

³⁴ V. *Stratégie Nationale pour l'égalité et l'équité de genre au Sénégal* 2015. Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/MONOGRAPH/94906/111540/F-456454307/SEN-94906.pdf>

³⁵ V. *Politique Nationale pour l'équité et l'égalité de genre Togo* 2011. Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/MONOGRAPH/95069/111789/F-47188773/TGO-95069.pdf>

5.5. Objetivo: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todo os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública.

Indicador: A percentagem de lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais e governos locais e percentagem de mulheres em cargos de gestão.

Tabela 6

Percentagem de lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais e governos locais						
PAÍS	1990	2000	2010	2015	2016	2017
BENIM	2.9	6.0	10.8	8.43	7.23	7.23
BURKINA FASO	Indisponível	8.1	15.3	13.33	9.45	11.02
CABO VERDE	12	11.1	18.1	20.83	20.83	23.61
COSTA DO MARFIM	5.7	Indisponível	8.9	9.16	9.16	11.46
GÂMBIA	7.8	2.0	7.5	9.43	9.43	9.43
GANÁ	Indisponível	Indisponível	8.3	10.41	10.91	12.73
GUINÉ	Indisponível	8.8	Indisponível	21.93	21.93	21.93
GUINÉ-BISSAU	20	7.8	10	13.73	13.73	13.73
LIBÉRIA	Indisponível	7.8	12.5	10.96	10.96	12.33
MALI	Indisponível	12.2	10.2	9.52	8.84	8.84
NÍGER	5.4	1.2	Indisponível	13.27	13.27	16.96
NIGÉRIA		3.4	7.0	6.67	5.56	5.56

SENEGAL	12.5	12.1	22.7	42.67	42.67	42.67
SERRA LEOA	Indisponível	8.8	13.2	12.40	12.40	12.40
TOGO	5.2	4.9	11.1	17.58	17.58	17.58
Fonte: Databank.Worldbank 2018 e Unstats 2018						

O Senegal disponibiliza dados para todos os anos e é o país da CEDEAO com a maior percentagem de mulheres nos parlamentos nacionais (42.67%)

A Nigéria é o país com menos representação feminina nos parlamentos nacionais e governos locais (5.56%)

O progresso a este nível não é linear. Isto é, desde 1990 até ao presente aumentaram o número de lugares ocupados por mulheres nos seus parlamentos, mas outros como é o caso da Serra Leoa, Nigéria, Benim, Mali, o valor tem vindo a diminuir ligeiramente.

Tabela 7

África Subsariana	1997	2000	2010	2015
	8.5	8.8	17.5	21.4
Fonte: Africainnumbers.2018				

Tabela 8

Percentagem de mulheres em cargos de gestão								
PAÍS	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BENIM		13.3					25.9	
BURKINA FASO	11.3	17.9				12.5	13.0	
CABO VERDE	16.7	53.3				52.9	25.0	
COSTA DO MARFIM		12.5				16.7	14.3	
GÂMBIA		31.3	35.7			21.1		

GANA		21.6		14.9		23.1		
GUINÉ		16.1			14.7	5.8		
GUINÉ-BISSAU		23.5			31.3			
LIBÉRIA		30.4				20.0		20.4
MALI		21.4			16.1	17.8		
NÍGER		22.6			12.9			10.6
NIGÉRIA		9.7			13.9		12.0	
SENEGAL		12.9		14.1	20.0			
SERRA LEOA		8.0			37.8			
TOGO		14.3				20.7	11.4	
Fonte: Unstats. 2018 e World Bank. 2018								

Quanto à percentagem de mulheres em cargos de gestão, a Guiné apresenta o valor mais baixo 5.8%. De um modo geral, os valores tendem a decrescer nos últimos três anos (2015-2017).

Tabela 9

África Subariana	2005	2008	2010
	13.1	17.3	15.2
Fonte:Africainnumbers.2018			

5.2.Objetivo: Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

Indicador: A percentagem de mulheres e meninas submetidas a violência física, sexual ou psicológica por um atual ou antigo parceiro íntimo.

Tabela 10

PAÍS	DADOS REFERENTES AO PERÍODO 2010- 2017		PERÍODO ANTERIOR A 2010			Sem dados disponíveis
	Ano mais recente disponível		Ano mais recente disponível			
BURKINA FASO	9.3	2010	CABO VERDE	7.8	2005	BENIM
COSTA DO MARFIM	22	2012	GANÁ	19.2	2008	GUINÉ
GÂMBIA	7.3	2013	LIBÉRIA	35	2007	GUINÉ-BISSAU
NIGÉRIA	34.9	2015	MALI	21.5	2006	NÍGER
SERRA LEOA	28.7	2013				
TOGO	12.7	2014	Fonte: UNWomen-Global Database on violence against women 2018			

O Benim, a Guiné, a Guiné-Bissau e o Níger não apresentam dados, o que mostra uma falta de transparência. A Nigéria apresenta 34.9% e a Serra Leoa 28.7%.

5.3. Objetivo: Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados, de crianças e mutilações genitais femininas.

Indicador: A percentagem de mulheres e meninas, idades 15-49, que sofreram mutilação genital e a percentagem de mulheres que se casaram ou estavam em união antes dos 15 e dos 18 anos

Tabela 11

PAÍS	Percentagem de mulheres e meninas idades 15-49 que sofreram mutilação genital		Percentagem de mulheres idades 20-24 que se casaram ou estavam em união antes dos 15	Percentagem de mulheres idades 20-24 que se casaram ou estavam em união antes dos 18 anos	Dados referentes ao período de 2010-2017 Ano mais recente disponível
BENIM	9	2014	7	26	2014
BURKINA FASO	76	2010	10	52	2010
CABO VERDE	Sem dados disponíveis		3	18	2005
COSTA DO MARFIM	37	2016	7	27	2016
GÂMBIA	75	2013	9	30	2013
GANÁ	4	2011	5	21	2014
GUINÉ	97	2016	19	51	2016
GUINÉ-BISSAU	45	2016	6	24	2014
LIBÉRIA	50	2013	9	36	2013
MALI	83	2015	17	52	2015

NÍGER	2	2012	28	76	2012
NIGÉRIA	18	2016	18	44	2016
SENEGAL	23	2015/16	9	31	2015
SERRA LEOA	90	2013	13	39	2013
TOGO	5	2013/14	6	22	2013/14
Fonte: UNICEF Global Database.2018					

Para além do Burkina Faso em relação à mutilação genital feminino, referente ao ano 2010: Gâmbia (76.4%), Guiné-Bissau (49.8%), Mali (88.5) e Serra Leoa (88.3%).

Em relação à percentagem de mulheres que se casaram ou estavam em união antes dos 15 anos: Nigéria (26.7% em 1990). Para os restantes países só foram possíveis os anos apresentados na tabela.

No que toca à percentagem de mulheres que se casaram ou estavam em união antes dos 18 anos: Nigéria (51.9% em 1990), Gâmbia (36.4% em 2010), Guiné-Bissau (22% em 2010), Mali (55% em 2010) e Serra Leoa (43.7% em 2010).

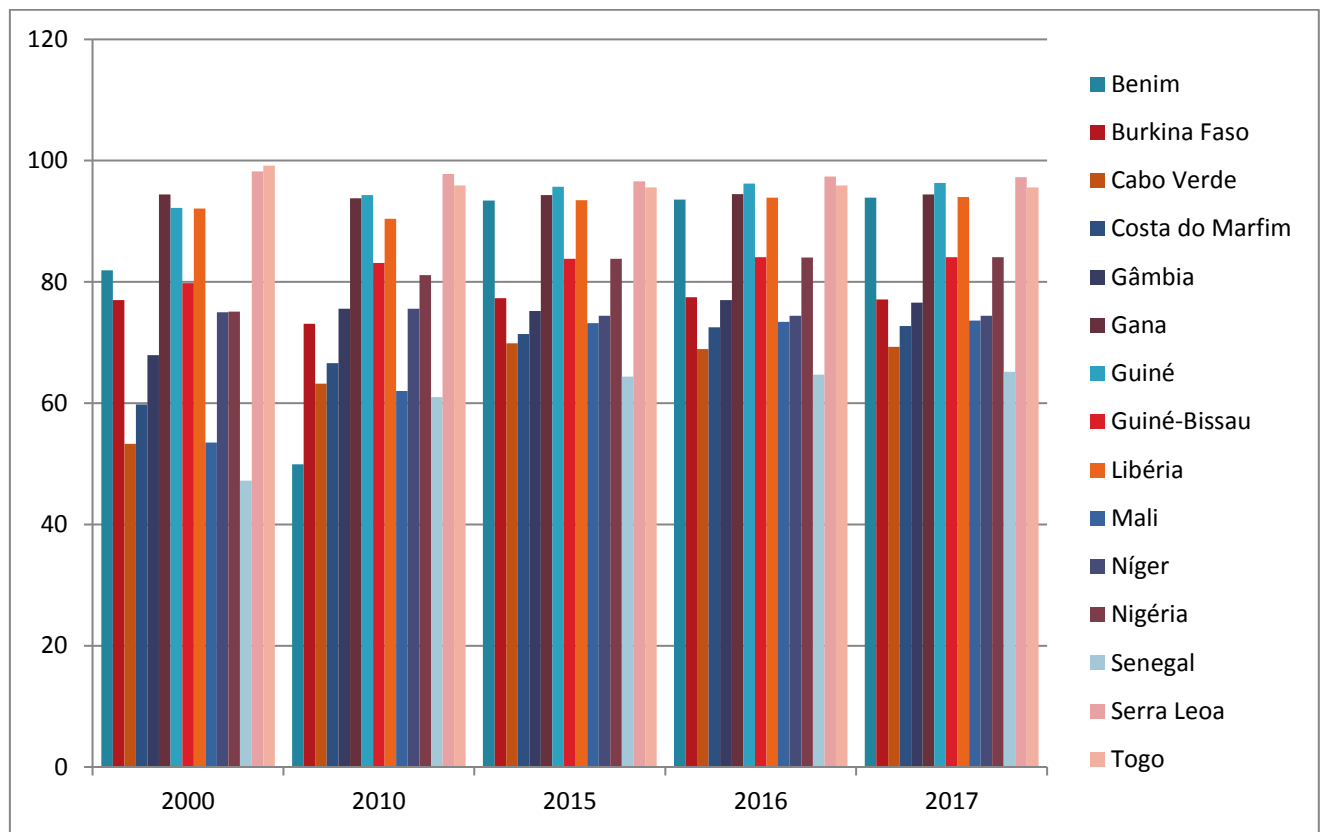
Cabo Verde é o único país sem dados disponíveis referente à percentagem, de mulheres e meninas que sofreram mutilação genital. Quanto ao casamento prematuro, o último registo é de 2005.

Tabela 12

África Subsariana	20017
Casamento antes dos 15	12
Casamento antes dos 18	38
Fonte: Unicef.2018	

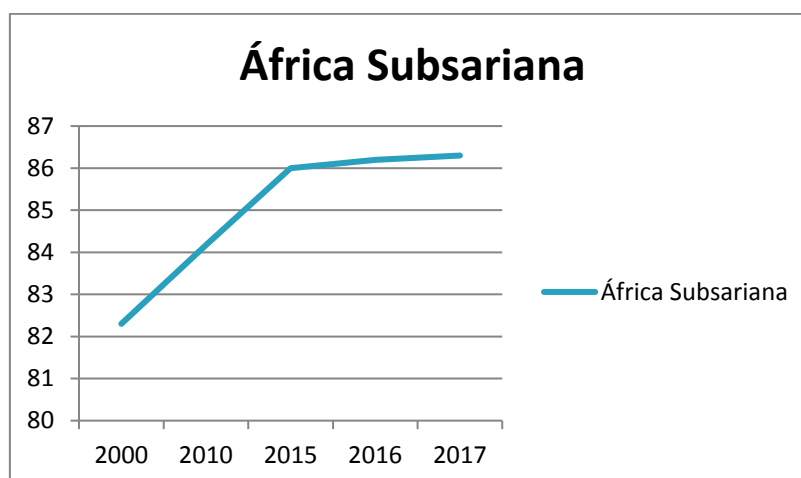
Indicador: A percentagem de participação das mulheres para os homens na força de trabalho

Gráfico 1



Fonte: Gráfico de elaboração própria com dados do World Bank. 2018

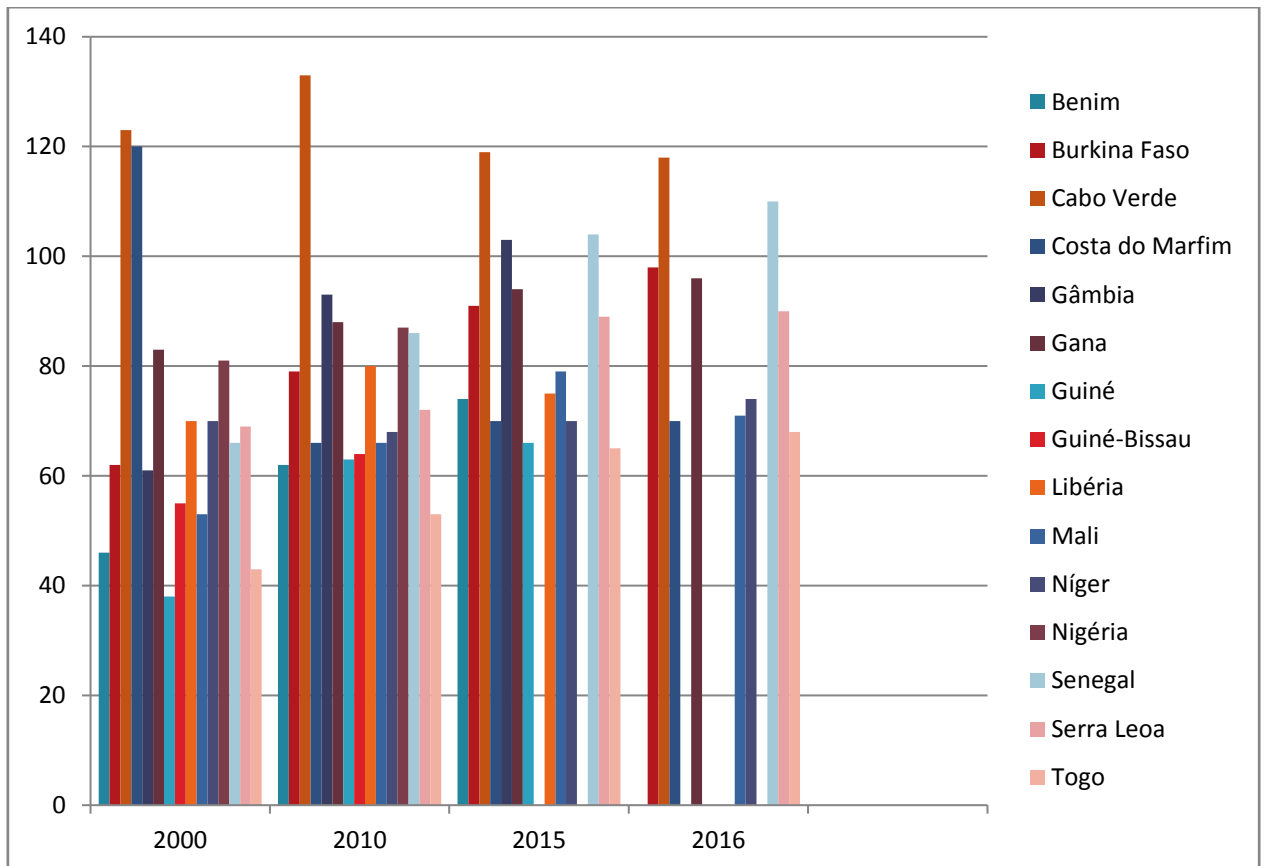
Gráfico 2



Fonte: Gráfico de elaboração própria com dados do World Bank. 2018

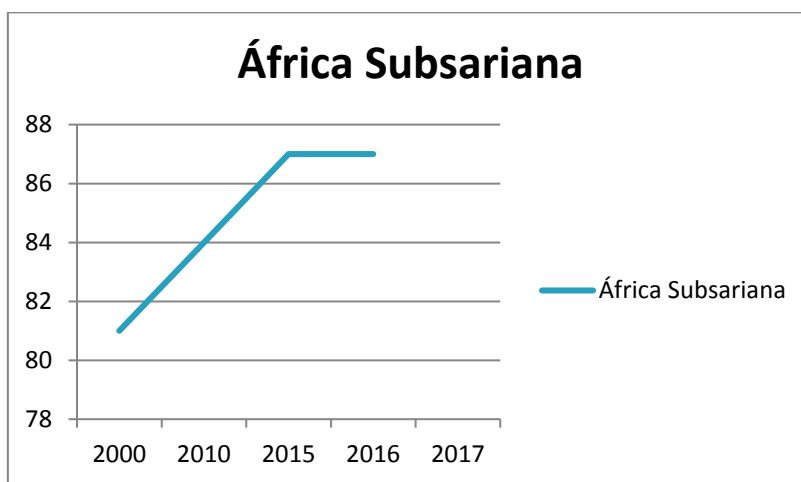
Indicador: A percentagem da conclusão do ensino secundário das mulheres para os homens

Gráfico 3



Fonte: Gráfico de elaboração própria com dados do World Bank. 2018

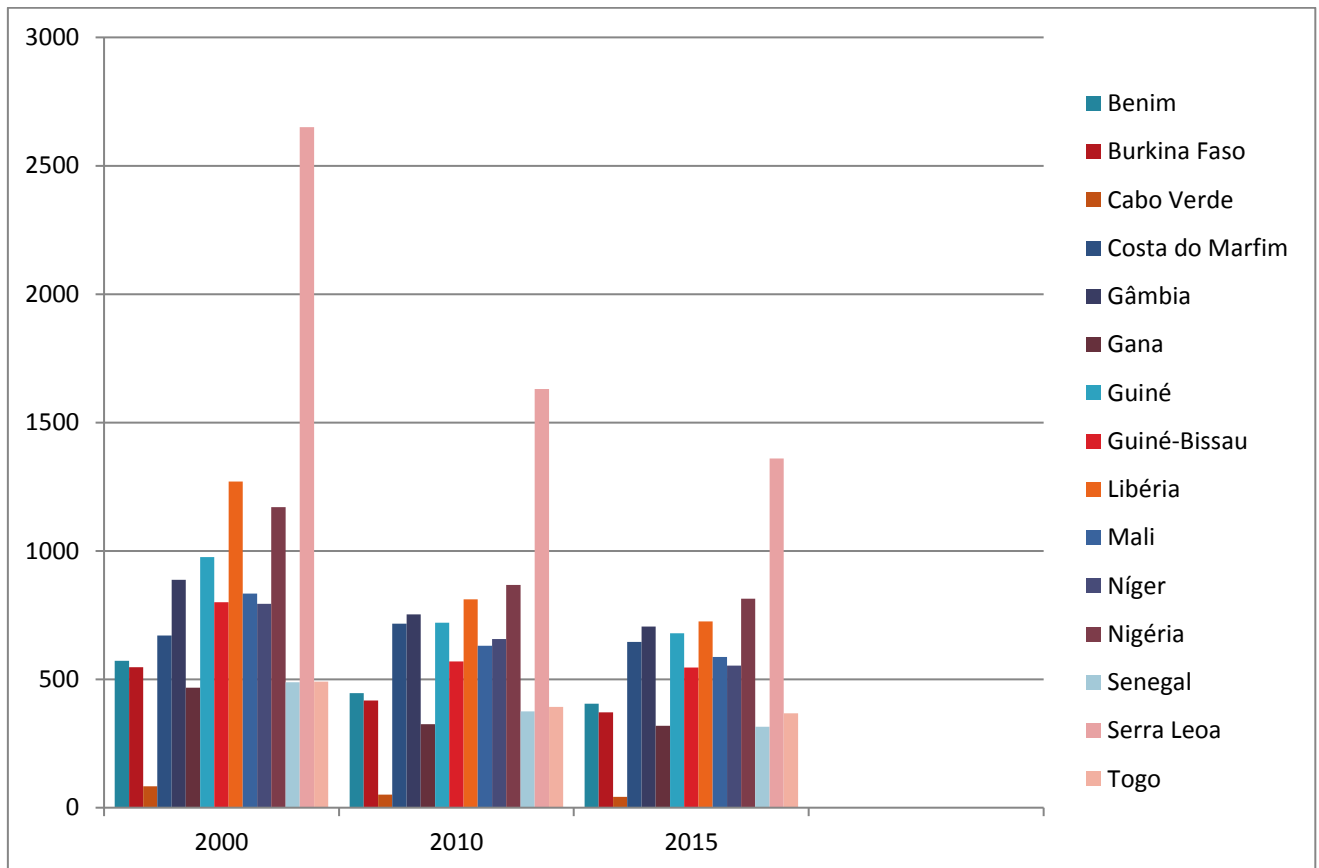
Gráfico 4



Fonte: Gráfico de elaboração própria com dados do World Bank. 2018

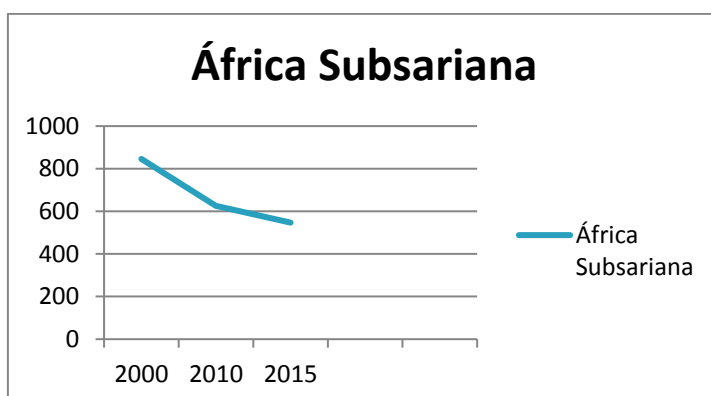
Indicador: A percentagem de mortalidade materna (por 100,000 nascidos vivos)

Gráfico 5



Fonte: Gráfico de elaboração própria com dados do World Bank. 2018

Gráfico 6



Fonte: Elaboração própria com dados do World Bank 2018

Conclusões

Com esta pesquisa compreendemos que a CEDEAO tem adotado diversas políticas para promover a igualdade de género em todos os níveis e áreas. O Direito tanto dos Estados membros como da CEDEAO, procura garantir que os direitos das mulheres sejam respeitados.

Apesar de existir um compromisso crescente por parte da CEDEAO e dos seus Estados membros em alcançar a igualdade de género, constata-se que as estratégias e os planos de ação parecem “permanecer no papel”. Por exemplo, não encontrámos nenhuma política, que “pressione” os Estados membros a cumprir o compromisso assumido através da implementação das ações ou dos instrumentos jurídicos necessários para alcançar uma igualdade de género efetiva. Também não encontrámos nenhuma política que seja expressamente de acompanhamento, análise estatística, recolha, pesquisa e análise estatística de dados. Esta última política é central para que exista transparência ao nível da situação das mulheres na região da CEDEAO. Com efeito, só com uma política deste tipo é que a CEDEAO poderá conhecer a real situação das mulheres, perceber o que terá que ser realizado para acabar com a desigualdade de género e garantir o empoderamento das mulheres da região.

A CEDEAO está inserida num continente onde a maioria dos países carecem de estruturas para promover o desenvolvimento e, por consequência, para promover a igualdade de género e empoderamento da mulher. Embora no período de 2000-2012, cerca de 89% dos países africanos melhoraram a sua capacidade de oportunidade económica e de desenvolvimento humano, 67% de países fizeram progressos no que toca a participação política, igualdade de género e direitos humanos, o investimento direto estrangeiro cresceu de 50 biliões de dólares USD para 641 biliões em 2012 e o crescimento económico da África Subsariana registou 31%, este progresso ainda está longe dos níveis desejados. E apesar de na África Ocidental ter-se verificado uma redução da pobreza de quase 70% em 1996 para 40% em 2012 nas áreas rurais e nas áreas urbanas de 30% para 15%, a verdade é que o índice de desenvolvimento é baixo em todos os países da região exceto em Cabo Verde.

Os Governos africanos têm de aprofundar reformas macroeconómicas e estruturais para se alcançar níveis de crescimento altos e sustentáveis. Um crescimento económico inclusivo pode beneficiar em grande escala a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, pois pode contribuir para que as tenham mais acesso a oportunidades de emprego e formação, podendo assim ter controlo das suas vidas.

Verificámos que com os ODM, a África Ocidental fez alguns progressos, nomeadamente no aumento de lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais e na redução da pobreza, mas outros aspetos como o acesso à educação, emprego, cuidados de saúde sexual e reprodutivo ficaram aquém das expectativas e cerca de três anos após adoção da Agenda 2030, as mulheres e as meninas da África Ocidental continuam a ser vítimas de uma sociedade patriarcal, onde o homem predomina em funções de liderança, autoridade moral, privilégio social e controlo da propriedade, mantendo a autoridade sobre as mulheres e as crianças. Ou seja, os direitos das mulheres e meninas continuam a ser violados apesar de constituírem metade da população e contribuírem em ativamente para a economia.

A análise dos indicadores mostra que os valores registados nos países da CEDEAO estão muito próximos da média da África Subsariana. Ou seja, dentro do contexto da África Subsariana é nos países da África Ocidental onde se registam as maiores disparidades de género.

A recolha dos dados estatísticos apresentou alguns obstáculos. Deparamo-nos com dificuldades em encontrar dados para todos os indicadores e para todos os países referente aos anos 1990 – 2017. Como mencionado anteriormente, a pesquisa e análise estatística de dados é fundamental para que exista transparência ao nível da situação das mulheres na região. Só com uma política deste tipo é que a CEDEAO poderá conhecer a real situação das mulheres e compreender o que poderá realizar para acabar com a desigualdade de género e garantir o empoderamento das mulheres da região. É necessário a criação de mais estruturas e agências regionais e nacionais que se dediquem à recolha e análise de dados atuais e que estes dados sejam facultados.

Pode-se dizer que o papel da CEDEAO na implementação da Agenda 2030 tem sido mediano, os esforços realizados têm sido insuficientes. Sendo uma organização internacional regional

tem uma grande importância na promoção e implementação da igualdade de género. Por consequência, devia estimular o empoderamento das mulheres entre os Estados membros.

Mas mais do que promover e incentivar, a CEDEAO devia tomar medidas e ações concretas, efetivas, reais, principalmente ao nível jurídico: as normas jurídicas discriminatórias são um grande entrave para as mulheres da África Ocidental. É urgente fazer-se mais.

Em suma, a CEDEAO enquanto organização com o potencial para provocar a mudança, devia esforçar-se mais ao nível normativo. Isto é, devia criar normas jurídicas que protejam e defendam os direitos das mulheres. Devia igualmente fortalecer as instituições para que haja um maior apoio técnico e financeiro focado na igualdade de género e empoderamento das mulheres. Por último, devia assegurar uma maior transparência no que toca a dados estatísticos e apoiar mais os seus Estados membros.

Anexo I

Tabela 1. Alguns indicadores dos países da CEDEAO

País	População total (Milhões)	População idade inferior a 5 (Milhões)	População idade igual ou superior a 65 (Milhões)	Rendimento Nacional Bruto (Per capita)	Produto Interno Bruto (Per capita)	Esperança de vida no nascimento (Anos)	População que vive abaixo da linha de pobreza- PPP \$1,90 por dia (%)	Escolaridade Esperada (Anos)
Benim	10.9	1.7	0.3	1.979	1.986	59.8	53.1	10.7
Burkina Faso	18.1	3.1	0.4	1.537	1.562	59.0	43.7	7.7
Cabo Verde	0.5	0.1	0.0	6.049	6.296	73.5	8.1	13.5
Costa do Marfim	22.7	3.7	0.7	3.163	3.290	51.9	29.0	8.9
Gâmbia	2.0	0.4	0.0	1.541	1.556	60.5	Dado não disponível	8.9
Gana	27.4	4.1	0.9	3.839	3.953	61.5	25.2	11.5
Guiné	12.6	2.0	0.4	1.058	1.135	59.2	35.3	8.8
Guiné-Bissau	1.8	0.3	0.1	1.369	1.367	55.5	67.1	9.2
Libéria	4.5	0.7	0.1	683	787	61.2	68.6	9.9
Mali	17.6	3.3	0.4	2.218	2.285	58.5	49.3	8.4
Níger	19.9	4.1	0.5	889	897	61.9	45.7	5.4
Nigéria	182.2	31.1	5.0	5.443	5.639	53.1	53.5	10.0
Senegal	15.1	2.6	0.4	2.250	2.288	66.9	38.8	9.5
Serra Leoa	6.5	1.0	0.2	1.529	1.497	51.3	52.3	9.5
Togo	7.3	1.2	0.2	1.262	1.374	60.2	54.2	12.0
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2016)								

Anexo II

Quadro 1. Desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio de África

Goals	Status	Remarks
Goal 1: Eradicate extreme poverty and hunger	Off track	<ul style="list-style-type: none"> Poverty in Africa excluding North Africa declined from 56.5% in 1990 to 48.4% in 2010, and in North Africa from 5% to 1%. Poverty is perpetuated by rising inequalities, unemployment, the youth bulge, unplanned urbanization, lack of diversification, etc. Hunger declined by 8% in Africa excluding North Africa between 1990 and 2013. Africa excluding North Africa is the most food-deficient of all regions of the world, with 25% of its population facing hunger and malnutrition in 2011-2013.
Goal 2: Achieve universal primary education	On track	<ul style="list-style-type: none"> In 2012, over 68% of African countries had a net enrolment rate of at least 75% in primary education. Average primary completion rate stands at 67%. The youth literacy rate reached 69.61% in 2012, in part owing to increased access to universal primary education.
Goal 3: Promote gender equality and empower women	On track (GPI in primary education and seats held by women in national parliaments)	<ul style="list-style-type: none"> GPI in primary education increased from 0.82 to 0.96 in North Africa and from 0.83 to 0.92 in Africa excluding North Africa between 1990 and 2012. Gender barriers manifest themselves in low transition rates between education levels and into employment and at higher educational levels owing to pregnancy and other barriers. Africa has made the most progress in increasing the number of seats held by women in national parliaments, with an average increase of 15% between 2000 and 2014.
Goal 4: Reduce child mortality	Off track	<ul style="list-style-type: none"> Under-five mortality rate fell by 55% between 1990 and 2012, while the infant mortality rate fell by 40%. Only Egypt, Liberia, Malawi and Tunisia have achieved both targets on reducing child mortality.
Goal 5: Improve maternal health	Off track	<ul style="list-style-type: none"> By 2013, Africa had 289 maternal deaths per 100,000 live births, compared to the world average of 210 maternal deaths per 100,000 live births.
Goal 6: Combat HIV/AIDS, malaria and other diseases	On track	<ul style="list-style-type: none"> A downward trend is observed in the incidence, prevalence and death rates associated with HIV/AIDS, malaria and tuberculosis, especially since 2000.
Goal 7: Ensure environmental sustainability	Off track	<ul style="list-style-type: none"> Declining forest cover in Africa. Consumption of ozone-depleting substances declined by 94% between 1986 and 2012. Increasing proportion of terrestrial and marine areas protected. In 2012, only 64% of the population in Africa excluding North Africa used an improved drinking water source. The proportion of people with access to improved sanitation between 1990 and 2012 increased only moderately in Africa excluding North Africa (from 24% to 30%), compared to North Africa (from 72% to 91%).

Fonte: Relatório MDG, 2015

Bibliografia

- Africa in Numbers (2018). Disponível em <http://africainnumbers.com>
- Bachelet, M. (Julho 2012). A mulher é fundamental para o desenvolvimento sustentável. *Veja*. Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br>
- Banco Mundial. (2002). Gender Equality and Sustainable Development. Disponível em: <http://sitresources.world.bank.org/INTGENDER/resources/sustainable.pdf>
- Barbosa, S. M. (Julho 2015). Pan-africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence. *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org>
- Carta das Nações Unidas*. Disponível em <http://www.un.org>
- Castillejo, C., (2014). West Africa: Continental engine or brake? *Fride Policy Brief*.p.1-6 e (2015). Gender inequality and state fragility in the Sahel. *Fride Policy Brief*.p.1-6. Disponível em: <http://fride.org/descarga>
- Castro,T., (2012). Teoria das Relações Internacionais. *Fundação Gusmão*. Brasília. p. 355
- CEDEAO. (2010). ECOWAS Vision 2020.The reader friendly version. Towards a Democratic and Prosperous Community. Disponível em <http://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2015/01/ECOWAS-VISION-2020.p>
- CEDEAO. (s.d) Centro de Desenvolvimento de Género. Disponível em: <http://www.ecowas.int/agencias-especializadas-da-cedeo/centro-do-desenvolvimento-de-genero-da-cedeo>
- CEDEAO. (s.d). About ECOWAS history. Disponível em [:http://www.ecowas.int/about-ecowas/history](http://www.ecowas.int/about-ecowas/history)
- CEDEAO. (s.d). Parceiros de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.edup.ecowas.int/ressources/parceiros>
- CEDEAO. (s.d). Programas/Projetos. Disponível em: <http://www.ecowas.int/doing-business-in-ecowas/projects/>
- CEDEAO. (s.d). Sobre o Parlamento. Disponível em <http://parl.ecowas.int/en/home>

CEDEAO. (s.d). Sobre a CEDEAO. Disponível em [http:// www.ecowas.int/about-ecowas/history/](http://www.ecowas.int/about-ecowas/history/)

CEDEAO. (2017). A CEDEAO promove a igualdade de género. Disponível em <http://www.ecowas.int/west-africa-brief>

CEDEAO. Ato Complementar relativo à Igualdade de Direitos entre homens e mulheres para o Desenvolvimento Sustentável na região da CEDEAO. (2015). Disponível em: <http://www.ccdg.ecowas.int/wp-content/uploads/supplementary-Act-on-Gender-Equality.pdf>

CEDEAO.Estratégia de género – Parlamento da CEDEAO 2010-2020. Disponível em: http://www.parlcent.org/en/wp-content/uploads/2011/04/other_publications/Gender_Strategy_ECOWAS_PARL_EN.pdf

Ceesay, A. (2012). West Africa: ECOWAS Parliament Discusses Gender Strategy in Banjul. *All Africa*. Disponível em <http://allAfrica.com/stories/201208080673.html>

Code du Travail Benin. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/webtex/49604/651115/F98Ben01.htm>

Constituição da Costa do Marfim. Disponível em <http://www.caidp.ci/uploads/52782e1004adbbfd4d17dbf1c33384f.pdf>

Constituição da IV República. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.tg/images/2015/pdf/constitution1.pdf>

Constituição da República da Libéria. Disponível em :<http://www.necliberia.org/content/legaldocs/laws/theconstitution.pdf>

Constituição da República da Guiné. Disponível em: <http://www.gouvernement.gov.gn/images/constitution-guineenne-de-2010.pdf>

Constituição da República da Guiné-Bissau. Disponível em <http://www.anpguinbissau.org/leis/constituicao/constitucaoguine.pdf/view>

Constituição da República de Cabo Verde. Disponível em:
<http://www.parlamento.cv/downloads/constituicaodarepublicadecaboverede.2010.pdf>

Constituição da República do Senegal. Disponível em:
<http://wbl.worldbank.org/en/data/exploreconomies/senegal/2017>

Constituição da República Federal da Nigéria. Disponível em:
<http://wbl.worldbank.org/en/data/exploreconomies/nigeria/2017>

Constituição da Serra Leoa. Disponível em <http://www.sierra-leone.org/laws/constitution.1991.pdf>

Constituição da VII República. Disponível em: http://cour-constitutionnelle-niger.org/documents/constituitution_7eme_rep.pdf

Constituição da VII República. Disponível em:
<http://wbl.worldbank.org/data/exploreconomies/niger/2017>

Constituição do Burkina Faso. Disponível em:
<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/fr/bf/bf017fr.pdf>

Constituição do Gâmbia. Disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/research/gambia-constitution.pdf>

Constituição do Gana. Disponível em <http://www.ghanaweb.com>

Constituição do Mali. Disponível em:
<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/fr7ml/ml004fr.pdf>

Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres 1979. Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/docs/PPDM-CEDAW-pt.pdf>

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/docs/PPDM-CDAW-pt.pdf>

Country Report By Sierra Leone on Implementation of the Beijing Platform for Action 1995 and the Outcome of the Twenty-Third Special Session of the

General Assembly 2000. (2014). Disponível em:
http://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/Beijing20/NationalReviews/natl_reciew_sierra_leone_eng.pdf

Cyfer, I. (2010). Liberalismo e Feminismo: igualdade de género em Carole Pateman e Martha Nussbaum. *Rev.Sociol.Polit.* vol.18. nº36. Disponível em:
<http://www.scielo.br>

Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Declaração sobre Igualdade de Género em África 2004 Disponível em:
<http://www.achpr.org/instruments/declaration-on-ggender-equality-in-africa/>

Declaração do Milénio. Cimeira do Milénio 2000. Disponível em
<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>

Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Declaração sobre Igualdade de Género em África 2004 Disponível em:
<http://www.achpr.org/instruments/declaration-on-ggender-equality-in-africa/>

Declaração Solene sobre a Igualdade de Género em África 2004. Disponível em:
<http://www.chr.up.acza/undp/regional/docs/audeclaration11.pdf>

Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em:
http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm

Document de la Politique national du genre du Burkina Faso (2009). Disponível em
[:http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/bkf146346.pdf](http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/bkf146346.pdf)

Draft ECOWAS Policy for Gender Mainstreaming in energy access. Disponível em
http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/ECOWAS_Policy_for_Gender_Mainstreaming_in_Energy_Access.pdf

ECOWAS Gender Development Centre. EGDC. (s.d). History. Achievements. Disponível em <http://www.ccdg.ecowas.int/about-egdc>

ECREEE.(s.d).ECOWAS observatory for renewable for energy and energy efficiency. Disponível em <http://www.ecowrex.org>

Encyclopaedia Britannica. Sahel Region. Disponível em:
<http://www.britannica.com/place/Sahel>

Fernandes, L. N. et. al. (2011). Integração Económica Regional na África Ocidental: uma visão crítica. *Revista Conjuntura Austral*. Nº2. (p. 18-47) Disponível em:
<http://oaji.net/articles/2015/2137/1438020511.pdf>

Ferrant, G. e Hamel, N., (2018). Gender equality in West Africa? The key role of social norms. Disponível em: <http://oecd-development-matters.org>

Gender and Women Empowerment Policy (2010-2020). Disponível em:
<http://www.gafspfund.org/sites/gafspfund.org/files/Documents/Attachment8WomenandGenderpolicy.pdf>

Global Goals. Os objetivos globais para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.globalgoals.org>

Hopf, T. (1998). The Promise of Constructivism in International Relation Theory, *in international security*. Nº 1 (p.175)

Hulse, M. (2014). Actorness beyond the European Union: comparing the international trade actorness of SADC and ECOWAS. *JCMS*. Nº52. (p.547-565) Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com>

Kappiah, M., (s.d), Ecowas Program on Gender Mainstreaming in Energy Access. Disponível em: <http://africapolicyreview.com/ecowas-policy-for-gender-mainstreaming-in-energy-access/>

Kofi Annan. (s.d). Discurso sobre a ONU. Disponível em:
<http://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/26503>

Lara, A. S. (2014). Colonização Moderna, Descolonização e Dependência. Coleção Estudos Políticos e Sociais. ISCSP

Leach, M., Mehta, L., Prabhakaran, P., (2016). Gender Equality and Sustainable Development: A pathways Approach. Disponível em:
<http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2016/8/discussion-paper-series-ggender-equality-and-sustainable-development#view>

- Lyra, M. (s.d). Sociedade Internacional versus Comunidade Internacional. Disponível em:http://www.academia.edu/7223992/sociedade_internacional_versus_comunidade_internacional
- Machado, J. G. e Pamplona, J. B., (2007). A ONU e o desenvolvimento económico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a03v17n1>
- Manda, D. K., Mwakubo, S. (2014). Gender and Economic Development in Africa: An Overview. *Journal of African Economies*. Volume 23. pp. i4-i17. Disponível em: <http://doi.org/10.1093/jae/ejt021>. Acedido em 25.05.18
- Medeiros, R. E. (1998). *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*. ISCSP. Lisboa
- Mura, E. e Consuerga, L.J. (2015). A Key role for regional organizations in Agenda 2030.
- Murshed SM, Goulart P, Serino LA (2011). Globalization and the South at the crossroads of change. IN SM Murshed, P Goulart, LA Serino (eds) South-South globalization, challenges and opportunities for Development. Pp3-20, Routledge
- National Gender Policy Strategic Framework –implementation plan 2008-2013. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/nig151427.pdf>
- National Gender Policy, Theme: Mainstreaming gender equality and women’s empowerment into Ghana’s development efforts (2015). Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELETRONIC/103987/126660/F-515436150/GHA103987.pdf>
- Ngcuka, P. e Razavi, S. (Fevereiro 2018). Without firm action on gender equality, women’s empowerment, world may miss development targets. Disponível em: <http://new.un.org/en/story/2018/02/1002721>
- Obamamoye, B. (Agosto 2016). ECOWAS and women representation in West Africa. *Journal of Political sciences and Public Affaires*. Disponível em: <http://www.omicsonline.org/open-access/ecowas>

OCDE, (s.d). Gender equality in West Africa. Maps and Facts. Disponível em <http://www.oecd.org/swac/topic/gender.htm>

Olantunji, CM. (Março 2013). An Argument for gender equality in Africa. *PurdueUniversitypress*. Vol.15.

ONU e a África. (s.d).Disponível em <http://nacoesunidas.org/acao/africa/>

ONU Mulheres (2017). Plano Estratégico 2018-2021. Disponível em: <http://undocs.org/en/unw/2017/rev1>

ONU Mulheres África. (s.d) Liderança e participação política. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/where-we-are/africa>

ONU Mulheres. (s.d). Conferências Mundiais da Mulher. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050/conferencias>

ONU Mulheres. (2018). Report Turning promises into action: gender equality in the 2030 Agenda for sustainable development. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2018/2/gender-equality-in-the-2030-agenda-for-sustainable-development-2018>

ONU. (s.d). Global Issues-Africa. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/issues-depth/africa/>

ONU. (s.d). Sustainable Development Goals. Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/>

Paim, M. (Julho 2014). Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai. *Rev. de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano VII, nº XII. (p.88-112) Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/File/188952/91815>

Perspetivas Económicas em África (2016) – Políticas comerciais e integração regional – cidades sustentáveis e transformação estrutural. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/home>

Pirolli, M. (2014). ECOWAS: from economic cooperation and development to security. A revision of the mandate or progress towards future rules? Part.1. Disponível em: <http://mediterraneanaffairs.com/ecowas>

Plano de Ação da CEDEAO sobre género e comércio 2015-2020. Disponível em http://www.ccdg.ecowas.int/wp-content/uploads/Plan-of-Action_Gender-and-Trade.pdf

Plano de Ação Nacional para a implementação da Resolução 1325. (2014). Disponível em: http://www.peacewomen.org/assets/file/NationalActionPlans/guineabissau_nationalactionplan_2010.pdf

Plano de Ação Regional para combater a Fístula Obstétrica na África Ocidental 2015. Disponível em <http://www.ccdg.ecowas.int/wp-content/uploads/ECOWAS-regional-plan-of-action-for-combating-obstetric-fistula-in-west-africa.pdf>

Plano Estratégico Regional 2011-2015. Disponível em <http://www.spu.ecowas.int/wp-content/uploads/2010/06/regional-strategic-plan-rfv-in-english.pdf>

Plano nacional de combate à violência baseada no género (2006). Disponível em: <http://www.svri.org/sites/default/files/attachments/2016-07-20/capeverdeGBVNAP.pdf>

Plataforma de Ação de Pequim1995. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf

PNUD. (2016). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Indicadores. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles>

PNUD. (s.d). About us. Disponível em <http://www.undp.org/content/undp/en/home/about-us.html>

Politique Nationale de promotion du genre au Bénin (2008). Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/94843/111460/F-2036080000/BEN-94843.pdf>

Politique nationale genre 2008-2018 Niger. Disponível em <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ner144902>

Politique nationale Genre de la Guinée (2011). Disponível em <http://www.undp.org/content/dam/guinea/docs/whatwedo/women-empowerment/politique-nationale-genre-2011.pdf>

Plan d'action de la Politique Nationale de genre du Mali (2011-2013). Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/103728/126166/F-232706676/MLI-103728.pdf>

Politique nationale pour l'équité et l'égalité de genre Togo 2011. Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/MONOGRAPH/95069/111789/F-47188773/TGO-95069.pdf>

Portal da Unidade de Drogas da CEDEAO. (s.d).Estratégia Marítima Integrada, Estratégia Contra Terrorismo e Unidade de Drogas. Disponível em <http://www.edup.ecowas.int/key-resources/ecowas>

Quadro e Plano de Ação de Género e Migração da CEDEAO 2015-2020. Disponível em http://www.ccdg.ecowas.int/wp-content/uploads/Plan-of-Action_Gender-and-Migration.pdf

Quadro Estratégico de Género e Eleições da CEDEAO e Plano de Ação 2017-2021. Disponível em <http://ecpf.ecowas.int/wp-content/uploads/2016/01/ECOWAS-GENDER-AND-ELECTION-STRATEGIC-FRAMEWORK.pdf>

Queisser, M. (2016).Gender Equality and the Sustainable Development Goals. Disponível em <http://oecdinsights.org/2016/05/16/gender-equality-and-the-sustainable-development-goals/>

Relatório Africano de Desenvolvimento Humano (2016). Disponível em <http://www.ao.undp.org>

Relatório Brundtland. (1987). Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>

Relatório MDG. (2015). *Lessons learned in implementing the MDGS, Assessing Progress in Africa toward the Millennium Development Goals*. Disponível em

http://www.uneca.org/sites/default/files/publicationfiles/mdg-2015_en_16sep_rev2.pdf

Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2015). Disponível em https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf

Relatório *Tracking Africa's Progress in Figures*. (2014). Disponível em <http://www.afdb.org/en/knowledge/publications/tracking-africa's-progress-in-figures/>

Robinson, M. (2015). Why Gender Equality is key to Sustainable Development. Disponível em <http://www.weforum.org/agenda/2015/03/why-gender-equality-is-integral-to-sustainable-development/>

Rocard, M. (Maio 2013). O que é a Comunidade Internacional. *Project Syndicate*. Disponível em <http://www.project-syndicate.org>

Souza, M. (Junho 2017). 42 years after its establishment, ECOWAS makes significant progress in spite of the numerous challenges. Disponível em <http://www.ecowas.int/42-years-after-its-establishment-ecowas-makes-significant-progress-in-spite-of-the-numerous-challenges/>

Stratégie nationale de lutte contre les violences basées sur le genre (2012). Disponível em http://stoprapenow.org/uploads/docs/CDI-Exec_summary_French.pdf

Stratégie national pour l'égalité et l'équité de genre au Sénégal (2015). Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/MONOGRAPH/94906/111540/F-456454307/SEN-94906.pdf>

The Gambia National Gender Policy (2010-2020). Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/travail/docs/1958/Gambia/>

The Liberia National Gender Policy (2009). Disponível em http://www.africanchildforum.org/crl/policypercountry/liberia/liberia_gender_2009_en.pdf

Tratado da CEDEAO 1975. Disponível em http://www.internationaldemocracywatch.org/attachments/351_ecowas

- Trindade, A. (2006). Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África. ISCSP. Lisboa
- Tuwor, T. e Sossou, M-A. (2008). Gender discrimination and education in WestAfrica: strategies for maintaining girls in school. *Taylor/Francis online*. Disponível em <http://doi.org/10.1080/13603110601183115>
- UN women chief hails ECOWAS for gender equality*. Disponível em <http://www.panapress.com>
- UNDP Strategic Plan. 2018-2021. Disponível em <http://undocs.org/DP/2017/38>
- UNECA. About ECA. Overview. Disponível em <http://www.uneca.org/pages/overview>
- UNECA. (2017). West Africa: A brief introduction. Disponível em <http://www.repository.uneca.org>
- UNECA.s.d, ECOWAS Economic Community of West African States. Disponível em <http://www.uneca.org/oria/pages/ecowas-economic-community-west-african-states>
- UNECA. (2012). Fragile States and development in West Africa. Disponível em <http://www.repository.uneca.org/handle/10855/33629>
- UNECA. (2015). Report ECOWAS at 40. An assessment of progress towards regional integration in West Africa. Disponível em <http://www.uneca.org/publications/ecowas-40-assessment-progress-towards-regional-integration-west-africa>
- UNESCO. Learnig Portal. Glossary. Disponível em <http://learningportal.iiep.unesco.org/en/glossary/>
- UNESCO. Learning Portal. Cultural Identity. Disponível em <http://learningportal.iiep.unesco.org/en/glossary/cultural-identity>
- União Económica e Monetária do Oeste Africano. UEMOA. Apresentação. Disponível em <http://www.uemoa.int/en/presentation-uemoa>

UNICEF. Global Data base. Disponível em <http://data.unicef.org/data/>. Consultado em 11/06/18

UNRIC. (s.d) A ONU e o desenvolvimento. Disponível em <http://unicrio.org.br>

UNSTATS. Disponível em <http://unstats.un.org/sdgs/indicators/database>. Consultado em 11/06/18

UN Women-Global Data base on violence against Women. Disponível em <http://evaw-global-database.unwomen.org/en/countries/africa>. Acedido a 12/06/18

Vitoriano, J. Cruz M. Lucena, M. (1998). Notas de História da África Ocidental. ISCSP. Lisboa

Wanjiru, J. (2017). Gender equality in West Africa: Actions speak louder than words. Disponível em <http://oecdinsights.org/2017/03/08/gender-equality-in-west-africa/>

World Bank (2018). Disponível em <http://databank.worldbank.org/data/indicator/>. Consultado em 12/06/18

World Bank. (2018). Women, Business and the Law. Disponível em <http://wbl.worldbank.org/en/data/exploreeconomies/>. Acedido a 16/06/18

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT